

Cláudio Vianney Malzoni • Karoline Menezes • Lúcio Flávio Ribeiro Cirne

ORGANIZADORES

DEZ ANOS DE LAUDATO SI



Cláudio Vianney Malzoni Karoline Menezes Lúcio Flávio Ribeiro Cirne
ORGANIZADORES

DEZ ANOS DE LAUDATO SI



RECIFE
2026

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP

Reitor – Prof. Dr. Carlos Fritzen S.J.

Vice-Reitor – Prof. Dr. Delmar Araújo Cardoso, S.J.

Pró-reitor Administrativo – Prad – Aragon Alberto Bergonci.

Pró-reitor de Graduação – Prograd – Prof. Dr. Alexandre Soares Ramos

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação – Propesp – Prof. Dr. Juliano Mendonça Domingues da Silva

Diretor do Instituto Humanitas e Editor Chefe das Edições Humanitas – Prof. Dr. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, SJ

Editores

Carlos Alberto Pinheiro Vieira

Danilo Vaz-Curado R M Costa

José Maria da Silva Filho

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne SJ

CONSELHO EDITORIAL DA EDIÇÕES HUMANITAS

Membros Internos

Profa. Dra. Carla Patrícia Pacheco Teixeira

Prof. Dr. Carlos Alberto Jahn, SJ.

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa

Prof. Dr. Degislundo Nóbrega de Lima

Prof. Dr. Delmar Araújo Cardoso, S.J.

Prof. Dr. Drance Elias da Silva

Profa. Dra. Flávia Tavares da Costa Ramos

Profa. Dra. Isabela Barbosa R. Barros

Prof. Dr. José Afonso Chaves

Prof. Dr. José Marcos G. de Luna

Profa. Dra. Maria do Rosário Silva

Profa. Dra. Rita Maria Gomes

Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos

Profa. Dra. Valdenice José Raimundo

Membros Externos

Prof Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS (Brasil)

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura – Universidade de Pernambuco (Brasil)

Prof. Dr. Daniel Leonard Everett – Bentley University (EUA)

Prof. Dr. Elton Vitoriano Ribeiro – FAJE (Brasil)

Prof. Dr. José Pinheiro Pertille – UFRGS (Brasil)

Prof. Dr. Erico Andrade Marques de Oliveira – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Betto Leite da Silva – UFPB (Brasil)

Profa. Dra. Maria Cecília Abdo Ferez – UBA (Argentina)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi – Instituto Gino Germani (Argentina)

Prof. Dr. Georg Sans – Hochschule für Philosophie (Alemanha)

Secretário Executivo: José Maria da Silva Filho

Diagramador: José Maria da Silva Filho

Capa: Karoline Menezes

D532 Dez anos de Laudato Si [recurso eletrônico] / Cláudio Vianney Malzoni, Karoline Menezes, Lúcio Flávio Ribeiro Cirne organizadores. -- Recife : Edições Humanitas, 2026.
99 p. : il.

ISBN 978-65-84348-02-8 (E-Book)

1. Encíclicas papais - Comentários. 2. Ecologia humana - Aspectos religiosos. 3. Proteção ambiental - Aspectos religiosos. 4. Igreja Católica - Doutrinas. I. Malzoni, Cláudio Vianney org. II. Menezes, Karoline org. III. Cirne, Lúcio Flávio Ribeiro org.

CDU 262.131.22
Pollyanna Alves CRB-4/1002

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial de Edições Humanitas.
Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro, ou de seus capítulos, para fins comerciais. A referência às ideias e trechos deste livro deverá ser necessariamente feita com atribuição de créditos aos autores e às Edições Humanitas.

Esta obra ou os seus artigos expressam o ponto de vista dos autores e não a posição oficial das Edições Humanitas da Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

Karoline Menezes

DEZ ANOS DE *LAUDATO SI*: ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA E CONVERSÃO INTEGRAL DIANTE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL 9

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne

Cláudio Vianney Malzoni

Karoline da Silva Menezes

LAUDATO SI: UMA DÉCADA COMO SINAL DE ESPERANÇA PARA A NATUREZA AMEAÇADA 24

Lúcio Flávio R. Cirne, SJ

QUERIDA AMAZÔNIA E O RESISTENTE ETNOCENTRISMO: ONDE ESTÁ O TEU IRMÃO INDÍGENA? 41

Gabriel Vilardi, SJ

**ALTO LÁ, ESTA TERRA TEM DONO: ATROCIDADES
DO PAÍS DA COP30** **58**

Gabriel Vilardi, SJ

**PALAVRA CRÍTICA E PROFÉTICA: OLHARES SOBRE
A CASA COMUM** **69**

Francisco Aquino Júnior

APRESENTAÇÃO

Dez anos após sua publicação, a encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, permanece como uma palavra firme e necessária diante da crise socioambiental que atravessa o nosso tempo. Sua força reside na capacidade de articular fé, ética, ciência e política, denunciando com clareza as causas estruturais da degradação ambiental e da injustiça social, e convocando a humanidade a uma mudança real de rumo. Não se trata de cuidar da natureza somente, mas de enfrentar um modelo de desenvolvimento que produz exclusão, descarte e morte.

O e-book **DEZ ANOS DE LAUDATO SI** insere-se nesse horizonte. Ao reunir três artigos acadêmicos de especialistas na temática e um conjunto de textos de opinião, a obra assume o desafio de atualizar a recepção da *Laudato Si*, mantendo viva sua capacidade de questionar consciências, práticas e estruturas. Os textos aqui reunidos partem da convicção de que a crise ecológica é inseparável das crises social, econômica, cultural e política, e que qualquer resposta séria a esse cenário exige posicionamento ético e compromisso histórico. Os artigos oferecem uma leitura consistente da encíclica, situada na tradição do magistério social da Igreja e em diálogo com os desafios contemporâneos. A ecologia integral aparece como eixo articulador, unindo cuidado com a Criação, defesa dos pobres, espiritualidade cristã e responsabilidade pública. Ao mesmo tempo, os textos evidenciam que a conversão ecológica proposta pelo Papa Francisco se trata duma transformação comuni-

tária e estrutural, capaz de gerar novos modos de viver, produzir e organizar a sociedade, não se limitando a uma mudança de atitudes individuais. Os textos de opinião do Prof. Francisco Aquino Júnior explicitam com maior contundência o caráter político e profético dessa proposta. Eles denunciam a permanência de lógicas coloniais, a violência contra os povos indígenas, a mercantilização da vida e o avanço de projetos econômicos que sacrificam territórios e populações em nome do lucro. Nessa perspectiva, o cuidado com a Casa Comum é apresentado como exigência evangélica e critério de discernimento cristão, que não permite neutralidade diante das injustiças socioambientais.

A obra assume também uma dimensão pneumatológica à medida que reconhece a *ruah* divina como sustento da criação, provocação dos processos de conversão e ânimo das práticas de resistência e cuidado em meio às situações de conflito e destruição. É o Espírito que impulsiona a Igreja a sair de si, a escutar os clamores da Terra e dos pobres e a assumir, com humildade e coragem, sua responsabilidade pública no mundo.

Este e-book está em sintonia com os eixos do **Instituto Humanitas UNICAP**, especialmente no que diz respeito ao diálogo entre teologia, sociedade, ecologia e políticas públicas, e com os objetivos das **Edições Humanitas**, que buscam dar visibilidade a produções acadêmicas e culturais comprometidas com a transformação social, a justiça e a dignidade da vida. Nesse sentido, a publicação expressa uma opção clara por um pensamento crítico, interdisciplinar e socialmente situado.

Que esta obra contribua para aprofundar a recepção da *Laudato Si*, fortalecendo processos de conversão pessoal e comunitária e estimulando práticas concretas de cuidado com a Casa Comum. Em um contexto marcado pelo agravamento da crise climática e das desigualdades, ela se oferece como instrumento de reflexão, discernimento e compromisso, fiel ao Evangelho e atento aos sinais dos tempos.

Karoline Menezes

DEZ ANOS DE *LAUDATO SI*: ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA E CONVERSÃO INTEGRAL DIANTE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne¹
Cláudio Vianney Malzoni²
Karoline da Silva Menezes³

A encíclica *Laudato Si*, publicada pelo Papa Francisco em 24 de maio de 2015, representa um momento singular na história do magistério católico. Pela primeira vez, uma encíclica é inteiramente dedicada à crise ecológica, abordando-a com profundidade espiritual, teológica e científica. A obra articula de forma inédita a doutrina social da Igreja com as urgências ambientais, reconhecendo que a crise climática é também uma crise moral e espiritual. O Papa Francisco, de maneira profética, afirma que “tudo está conectado” (FRANCISCO, 2015, n. 91), estabelecendo um vínculo intrínseco entre ecologia, justiça social, espiritualidade e cultura.

- 1 Doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Professor e pesquisador na Universidade Católica de Pernambuco. Diretor do Instituto Humanitas UNICAP. Contato: lucio.cirne@unicap.br
- 2 Doutor em Ciências Bíblicas pela Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de Jerusalém. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco. Contato: cvmalzoni@hotmail.com
- 3 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco. Mestre em Teologia (UNICAP). Integrante do Instituto Humanitas UNICAP. Contato: karoline.menezes@unicap.br

O diagnóstico da encíclica não surgiu no vazio, mas em diálogo com os dados científicos das últimas décadas. Francisco cita expressamente os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que apontam para o aumento da temperatura global e seus efeitos devastadores sobre os ecossistemas e a vida humana: “o clima é um bem comum, de todos e para todos” (FRANCISCO, 2015, n. 23). Essa consciência é reforçada pelo alerta de Leonardo Boff: “a crise ecológica é, em última instância, uma crise do próprio ser humano e de sua forma de habitar a Terra” (BOFF, 1995, p. 27). O Papa enumera fenômenos preocupantes que se agravaram nos últimos dez anos, como o derretimento das calotas polares, a acidificação dos oceanos, o desmatamento e a perda da biodiversidade (FRANCISCO, 2015, n. 24–26). Para Francisco, tais processos têm consequências sociais diretas, pois atingem sobretudo os mais pobres e vulneráveis. Como afirmou José Comblin, “os pobres são as primeiras vítimas da destruição do meio ambiente, porque dependem diretamente dele para sobreviver” (COMBLIN, 1999, p. 211).

A recepção internacional da *Laudato Si* ultrapassou os limites da Igreja. A paleoclimatologista francesa Valerie Masson-Delmotte destacou que se trata de um documento histórico, por sua estrutura brilhante e por sua articulação entre ciência e espiritualidade, afirmando que “tudo está conectado” é uma visão moral fundamentada em verdades científicas (MASSON-DELMOTTE apud CIRNE, 2024). O matemático Cédric Villani, membro da Pontifícia Academia das Ciências, declarou que a encíclica é “o documento ecológico mais completo já escrito por um chefe de Estado” (VILLA-

NI apud CIRNE, 2024). Dom Gerardo Alminaza, bispo das Filipinas, ressaltou a amplitude do conceito de ecologia integral proposto por Francisco, que abrange direitos humanos, vida familiar, economia e paz (ALMINAZA apud CIRNE, 2024). Esta introdução, portanto, busca situar a relevância da *Laudato Si* no panorama global e eclesial, destacando a convergência entre fé e ciência e apresentando os principais caminhos que serão percorridos ao longo deste artigo.

A encíclica na tradição da igreja: continuidade e profecia

Longe de ser uma ruptura com a tradição católica, a *Laudato Si* se inscreve na continuidade do Magistério, especialmente a partir do Concílio Vaticano II. O Papa Francisco segue a linha proposta pela *Evangelii Gaudium*, ao propor uma “Igreja em saída” que escute os clamores do povo e da terra. Com isso, a encíclica amplia o horizonte da evangelização, incorporando a dimensão ecológica como parte essencial da missão da Igreja (FRANCISCO, 2013).

O Concílio Vaticano II, na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, já havia afirmado que “Deus destinou a terra, com tudo o que ela contém, para uso de todos os homens e povos” (GS, n. 69). Esta afirmação lança as bases teológicas para a ideia do destino universal dos bens, que Francisco retoma ao denunciar a apropriação indevida dos recursos naturais e a exclusão dos pobres. Do mesmo modo, João Paulo II, na encíclica *Centesimus Annus*, recorda que o desenvolvimento não pode ser concebido apenas como crescimento econômico: “o homem, chamado a dominar a terra, deve exercê-lo com sabedoria e amor, cuidando da integridade da criação”

(JOÃO PAULO II, 1991, n. 37). Bento XVI, por sua vez, reforça essa perspectiva ao afirmar em *Caritas in Veritate*: “a natureza exprime um desígnio de amor e de verdade. Ela precede-nos e foi-nos dada por Deus como ambiente de vida. Falar de desenvolvimento humano integral significa também falar dos deveres que estão ligados à relação do homem com o ambiente natural” (BENTO XVI, 2009, n. 48). Assim, a encíclica de Francisco insere-se em um processo de amadurecimento do pensamento social da Igreja, que gradualmente foi reconhecendo a centralidade da questão ecológica.

O texto também dialoga com documentos anteriores como a *Sollicitudo Rei Socialis* (JOÃO PAULO II, 1987) e retoma a proposta de João Paulo II sobre “conversão ecológica” (JOÃO PAULO II, 2001), aprofundando-a com uma forte espiritualidade trinitária e uma análise crítica das estruturas de pecado que alimentam a crise socioambiental. Nesse sentido, a *Laudato Si* assume um caráter profético, pois não se limita a continuar uma linha já aberta, mas amplia a reflexão ao denunciar as injustiças ambientais e ao convocar todos a um novo estilo de vida. Como observa Jürgen Moltmann, “uma ética ecológica da criação não é apenas conservação da natureza, mas participação na vida criadora de Deus” (MOLTMANN, 1985, p. 27). Francisco, ao propor a ecologia integral, ecoa essa visão teológica e insere a Igreja no debate público global, demonstrando que a fé cristã tem uma palavra relevante a oferecer frente aos desafios ambientais.

A casa comum e a ecologia integral

Um dos conceitos-chave da encíclica é o da “casa comum”. Inspirado em São Francisco de Assis, o Papa propõe uma visão fraterna da criação: “nossa casa comum pode ser comparada ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços” (FRANCISCO, 2015, n. 1). Essa linguagem afetuosa revela o reconhecimento de que a terra é mais que um recurso: é um dom, um lugar de convivência e cuidado. A encíclica denuncia a fragmentação entre sociedade e natureza, reafirmando que o ser humano faz parte do meio ambiente e que as crises ambiental e social são inseparáveis: “não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental” (FRANCISCO, 2015, n. 139). Essa afirmação sustenta a proposta de uma ecologia integral, que considera as dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e da vida cotidiana (FRANCISCO, 2015, n. 137–162). O Papa acrescenta que “a ecologia integral é inseparável da noção de bem comum” (FRANCISCO, 2015, n. 156), o que significa pensar políticas públicas e práticas sociais que respeitem tanto os limites do planeta quanto a dignidade humana. Leonardo Boff sintetiza essa intuição ao afirmar que “não podemos cuidar dos pobres sem cuidar da Terra, nem cuidar da Terra sem cuidar dos pobres” (BOFF, 1995, p. 48). Assim, ecologia e justiça social aparecem como dimensões indissociáveis.

Na tradição teológica, Jürgen Moltmann recorda que “a criação é comunidade de vida” e que “todas as criaturas são portadoras do Espírito” (MOLTMANN, 1985, p. 56). Essa visão trinitária e

pneumatológica amplia a compreensão de Francisco e fundamenta a ideia de que cada ser criado tem um valor próprio diante de Deus, não podendo ser reduzido a mero instrumento de exploração humana. Do ponto de vista pastoral, Frei Betto sublinha que a ecologia integral deve tocar também o cotidiano: “a espiritualidade ecológica não é apenas contemplação da natureza, mas mudança de hábitos concretos, desde a alimentação até o consumo de energia” (BETTO, 2019, p. 73). Desse modo, a encíclica convida a um estilo de vida mais simples e solidário, em contraste com a lógica do consumismo.

Ao afirmar que “tudo está interligado”, Francisco introduz uma nova gramática ética, baseada na interdependência e na corresponsabilidade. O princípio do bem comum ganha novo relevo, e o cuidado com a criação passa a ser compreendido como exigência da fé. Dessa forma, a ecologia integral se apresenta como caminho de reconciliação com a criação e de justiça com os mais pobres e vulneráveis, que são os mais afetados pela degradação ambiental.

Conversão ecológica: um novo sujeito ético

A encíclica propõe uma mudança de mentalidade e atitude diante da crise ecológica. Tal transformação é nomeada como “conversão ecológica”, retomando e aprofundando a expressão cunhada por João Paulo II (JOÃO PAULO II, 2001). Para Francisco, essa conversão não é secundária à fé, mas parte constitutiva do seguimento de Jesus Cristo: “o resultado do encontro com Jesus Cristo torna-se visível nas relações com o mundo que nos rodeia” (FRANCISCO, 2015, n. 217). João Paulo II já advertia:

Não basta ensinar as pessoas a respeitar a natureza, é necessária uma verdadeira conversão interior. É necessário que o ser humano redescubra a dimensão ética e espiritual da sua relação com a criação, reconhecendo-se como administrador, e não como proprietário absoluto do mundo criado. (JOÃO PAULO II, 2001, p. 3).

Essa perspectiva ganha densidade em Francisco, que insiste no vínculo entre espiritualidade e ética. Para ele, a conversão ecológica é inseparável de um encontro pessoal com Cristo que transforme a maneira de viver no mundo. Essa conversão não é apenas individual, mas comunitária e estrutural, e se expressa por meio de um novo estilo de vida, capaz de romper com a lógica do descarte e do consumismo. Francisco aponta para as causas profundas da crise: uma cultura do relativismo, o antropocentrismo desviante e as estruturas de pecado que geram injustiça socioambiental (FRANCISCO, 2015, n. 119–123). Trata-se, portanto, de formar um novo sujeito ético, capaz de viver com sobriedade, solidariedade e gratuidade. Carlos Mesters recorda, a partir de uma leitura bíblica popular:

A conversão começa quando escutamos o clamor da terra e o clamor dos pobres. Sem esta escuta, a espiritualidade corre o risco de se tornar intimista, afastada da realidade e incapaz de gerar compromisso transformador. (MESTERS, 2002, p. 65).

Esse olhar do autor ressalta que a conversão ecológica não é apenas mudança de comportamento, mas resposta ao sofrimento da criação e dos pobres, em sintonia com a proposta de Francisco. O Cântico das Criaturas de São Francisco de Assis, citado pelo Papa no início da encíclica, traduz poeticamente essa relação: “Louvado sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas, especialmente o senhor irmão Sol, que faz o dia, e por ele nos alumia”. (FRANCISCO, 2015, n. 87).

Ao analisar essas perspectivas, observa-se uma ênfase na dimensão de escuta profética, enquanto o Cântico das Criaturas expressa a alegria contemplativa, numa perspectiva espiritual. Francisco consegue articular ambas: escuta dos clamores e louvor agradecido pela criação. A conversão ecológica exige também uma nova consciência moral. O papa afirma que a destruição da natureza é um pecado contra a criação, contra os pobres e contra as futuras gerações. Como destacou João Paulo II, trata-se de uma questão moral e espiritual, e não apenas técnica ou científica (JOÃO PAULO II, 1990). Nesse sentido, o cuidado com a casa comum passa a ser uma exigência ética e evangélica, inseparável do amor ao próximo e da justiça social.

Espiritualidade ecológica e dimensão trinitária da criação

16

A *Laudato Si* também propõe uma espiritualidade ecológica que aprofunda a relação entre Deus, a humanidade e o mundo criado. Francisco convida os cristãos a reconhecerem a presença de Deus na criação, onde tudo é dom e manifestação do amor divino. “O solo, a água, as montanhas: tudo é carícia de Deus” (FRANCISCO, 2015, n. 84). Essa espiritualidade está enraizada numa visão teológica que compreende a criação como teofania, lugar de encontro com o Criador.

Francisco retoma a tradição trinitária para afirmar que toda a realidade é pessoal e relacional, e que a criação é fruto da auto-comunicação amorosa do Deus Uno e Trino: “Quando contemplamos o universo na sua grandeza e beleza, devemos louvar a inteira

Trindade” (FRANCISCO, 2015, n. 238). Esse fundamento trinitário sustenta a proposta de uma espiritualidade da solidariedade universal, onde cada criatura tem valor e dignidade própria, e onde a interdependência não é fraqueza, mas reflexo da comunhão divina. Leonardo Boff reforça essa intuição ao afirmar: “A criação é um sacramento permanente do amor de Deus. Em cada ser, em cada elemento natural, pulsa a energia divina que sustenta e renova a vida. Reconhecer isso é aprender a cuidar, porque cuidar é a forma mais concreta de amar” (BOFF, 1995, p. 102). Essa perspectiva aproxima a espiritualidade cristã de uma ética do cuidado que não é apenas contemplativa, mas transformadora. Viver a espiritualidade ecológica significa traduzir a experiência de Deus em práticas de justiça socioambiental.

Essa espiritualidade é também cristocêntrica e pneumatológica. O Verbo encarnado, que se fez carne e habitou entre nós (Jo 1,14), santificou a matéria e mostrou que o mundo criado é bom. O Espírito Santo, “vínculo infinito de amor”, está presente no coração do universo e impele a criação à plenitude (FRANCISCO, 2015, n. 238). Jürgen Moltmann aprofunda essa pneumatologia dizendo que

O Espírito Santo é a energia da vida, a força criadora que anima todas as criaturas. Ele não habita apenas nos seres humanos, mas em toda a comunidade da criação, conduzindo-a para a liberdade e a plenitude prometidas por Deus. (MOLTMANN, 1985, p. 45).

Na mesma linha, Yves Congar recorda que “o Espírito é o princípio de comunhão e de renovação, aquele que constantemente recria a face da terra. Sem o Espírito, a criação se reduz ao caos; com o Espírito, torna-se lugar de fraternidade e esperança”

(CONGAR, 1980, p. 211). Essa dimensão pneumatológica enriquece a espiritualidade ecológica ao mostrar que não se trata apenas de reconhecer o valor da criação, mas de perceber a presença ativa do Espírito em todos os processos vitais. Assim, cuidar da natureza é também corresponder à ação do Espírito que sustenta e vivifica o cosmos. Como afirmou São João Paulo II: “A criação inteira participa do destino glorioso do Ressuscitado, de modo que não apenas o ser humano, mas todo o cosmos, está chamado a ser recapitulada em Cristo” (JOÃO PAULO II, 1989).

Comparando as perspectivas de Francisco, Boff, Moltmann, Congar e João Paulo II, percebe-se uma convergência entre teologia trinitária, pneumatologia, ética do cuidado e escatologia cósmica. A espiritualidade ecológica, assim compreendida, não se reduz a uma devoção periférica, mas constitui um eixo importante da fé cristã em tempos de crise ecológica.

Perspectivas pastorais e desafios para a igreja

A *Laudato Si* não se limita a oferecer uma reflexão teórica ou teológica porque também propõe um caminho pastoral concreto. Francisco dirige um apelo às Igrejas locais, comunidades, instituições e fiéis para que desenvolvam uma pastoral ecológica integrada à missão evangelizadora. Trata-se de assumir o cuidado com a criação como dimensão constitutiva da ação pastoral, na liturgia, na catequese, na educação e nas práticas comunitárias (FRANCISCO, 2015, n. 217–221).

Nesse sentido, a Conferência de Aparecida já havia alertado para os impactos da degradação ambiental sobre os pobres, especialmente os povos indígenas, os camponeses e os habitantes das periferias urbanas. O Documento de Aparecida denuncia: “A devastação das florestas e a expulsão de comunidades de seus territórios tradicionais são sinais de um modelo econômico que sacrifica vidas humanas e a biodiversidade em nome de uma concepção limitada de progresso” (CELAM, 2007, n. 473–474).

Esse alerta mostra que a questão ecológica não é secundária, mas toca diretamente a vida dos mais vulneráveis. Por isso, a pastoral da ecologia integral deve articular cuidado ambiental e compromisso social. A encíclica também aponta para o papel dos agentes pastorais, educadores, religiosos e leigos comprometidos na promoção de uma ecologia integral. A formação ecológica torna-se uma exigência da espiritualidade cristã contemporânea. Como sinal profético, o Papa Francisco convocou o Sínodo para a Amazônia (2019), no qual reafirmou: “A Amazônia é um espelho de toda a humanidade, que em sua diversidade corre o risco de ser devastada por interesses que não respeitam a vida dos povos e da criação (FRANCISCO, 2019, n. 14). A dimensão pastoral se expande, portanto, para além do cuidado imediato com a natureza, tornando-se defesa dos povos e territórios ameaçados. Esse horizonte é confirmado pelo magistério da CNBB, que em suas Diretrizes Gerais (2019–2023) afirma: “A conversão pastoral da Igreja no Brasil exige incorporar o cuidado da Casa Comum como dimensão transversal de todas as atividades evangelizadoras, da liturgia à ação social” (CNBB, 2019, p. 47).

Entre os desafios pastorais, destaca-se a necessidade de diálogo com as ciências, com as culturas e com outras tradições religiosas. A *Laudato Si* afirma que “a espiritualidade cristã também acolhe e integra a riqueza das tradições espirituais não cristãs” (FRANCISCO, 2015, n. 254). Assim, o cuidado com a Casa Comum torna-se um espaço privilegiado de ecumenismo e de diálogo inter-religioso, em busca de justiça, paz e sustentabilidade. Nesse contexto, a Igreja é chamada a promover práticas sustentáveis, revisar suas estruturas e estilos de vida, e testemunhar uma coerência entre fé e cuidado com o planeta. Como exemplo concreto na realidade brasileira, a Campanha da Fraternidade tem sido um espaço privilegiado para sensibilizar e mobilizar comunidades em torno de temas ecológicos, como no ano de 2011 (Fraternidade e a vida no planeta) e no previsto enfoque da CF 2025, que retoma o clamor pela conversão ecológica com base na *Laudato Si*.

Essas perspectivas revelam o chamado a uma pastoral da ecologia integral, que una fé e compromisso social, espiritualidade e ação transformadora. Trata-se de uma resposta profética aos sinais dos tempos e um testemunho de esperança num mundo marcado por tantas formas de exclusão e destruição ambiental.

Conclusão

Dez anos após sua publicação, a encíclica *Laudato Si* permanece como um documento profético e atual, cuja força reside em sua capacidade de articular fé, ciência, ética e compromisso pastoral em torno do cuidado com a Casa Comum. Ao longo desta

década, sua influência se manifestou em iniciativas pastorais, campanhas sociais, políticas públicas e projetos inter-religiosos voltados à sustentabilidade. A proposta de ecologia integral continua a desafiar a Igreja e a sociedade a uma conversão profunda, tanto pessoal quanto coletiva, que se traduza em atitudes concretas de justiça, sobriedade e solidariedade. Um dos aspectos mais originais da encíclica foi unir, de forma inseparável, a defesa da terra e a defesa dos pobres. Essa visão mostrou que a crise ecológica é também uma crise social e espiritual, exigindo uma resposta integral, que una fé, compromisso ético e transformação de estilos de vida. A reflexão teológica e pastoral aberta por Francisco gerou novos caminhos para a evangelização e trouxe para o centro da vida eclesial a responsabilidade com a criação.

A celebração deste décimo aniversário é igualmente um momento de avaliação e de renovado compromisso. Diante do agravamento da crise climática, da intensificação da exploração dos recursos naturais e do aumento das desigualdades socioambientais, a mensagem da encíclica revela-se ainda mais urgente. Retomar sua leitura, aprofundar sua prática e ampliar sua recepção nas diversas instâncias eclesiais e sociais é uma tarefa indispensável para agentes pastorais, acadêmicos, educadores e lideranças comprometidas com a justiça socioambiental.

O gesto de plantar uma árvore, realizado por Francisco nos jardins do Vaticano durante o Sínodo para a Amazônia, tornou-se símbolo dessa esperança ativa. Ele aponta para uma espiritualidade que se traduz em gestos concretos de cuidado e em escolhas que testemunham a vida contra a morte. Nesse horizonte, a força do

Evangelho continua a fecundar a missão da Igreja de cuidar da criação como expressão do Reino de Deus já presente entre nós.

Referências

BENTO XVI, Papa. *Caritas in veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.

BETTO, Frei. *Calendário do poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010

BOFF, Leonardo. *Ecologia integral: a dignidade da Terra*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 1995.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2007.

CIRNE, Lúcio Flávio Ribeiro. Dez anos de *Laudato Si*: espiritualidade ecológica e conversão integral diante da crise socioambiental. Apresentação de slides Powerpoint. Recife: Universidade Católica de Pernambuco. 40 slides. Material didático não publicado. Acesso restrito.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023. Brasília: Edições CNBB, 2019.

CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et spes*. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html Acesso em: 12 ago 2025.

CONGAR, Yves. *Igreja e Espírito Santo*. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCISCO, Papa. (2013). *Evangelii gaudium*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html Acesso em: 19 ago 2025.

FRANCISCO, Papa. (2015). *Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html Acesso em: 08 ago 2025.

FRANCISCO, Papa. (2019). Exortação pós-sinodal Querida Amazônia. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html Acesso em 21 ago 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. (1987). *Sollicitudo rei socialis*. São Paulo: Paulinas. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html Acesso em: 06 ago 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. (1990). Mensagem para o Dia Mundial da Paz: Paz com Deus criador, paz com toda a criação. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html Acesso em 06 ago 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. (2001). Catequese sobre o Gênesis: conversão ecológica. Disponível em https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/2001/documents/hf_jp-ii_aud_20010117.html Acesso em: 08 ago 2025.

MESTERS, Carlos. O canto da criação. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOLTMANN, Jürgen. Deus na criação: doutrina ecológica da criação. Petrópolis: Vozes, 2012.

LAUDATO SI: UMA DÉCADA COMO SINAL DE ESPERANÇA PARA A NATUREZA AMEAÇADA⁴

Lúcio Flávio R. Cirne, SJ

O título deste artigo foi inspirado num livro de dois grandes teólogos cujas ideias centrais podem ser lidas nas entrelinhas da encíclica *Laudato Si*, publicada pelo Papa Francisco em maio de 2015, um dos documentos mais marcantes do seu pontificado com o qual convida a humanidade a enfrentar a questão ecológica com uma nova compreensão e abordagem. Desde então, o cuidado da casa comum tem suscitado reflexões e ações em torno de um processo de conversão ecológica aos pobres e à natureza. Dez anos depois de sua publicação, a mensagem da *Laudato Si* mostra-se cada vez mais atual e urgente. A conversão ecológica exige uma profunda revisão no paradigma antropocêntrico ainda predominante, de tal modo que a natureza, reduzida a objeto, seja reconhecida em sua dignidade e direito à existência. Para tanto, muito pode contribuir uma espiritualidade de cunho relacional e integradora, como a que propõe os Exercícios Espirituais de Santo Inácio.

24

4 Texto publicado na REVISTA ITAICI (Revista de espiritualidade inaciana) , Edição 142, em dezembro de 2025.

O convite da *laudato si*

Um dos aspectos que logo chama atenção na *Laudato Si* é o olhar teológico com que o Papa Francisco considera a natureza. Ao reconhecer as diversas interpretações da realidade, o Papa apresenta a intencionalidade original da fé judaico-cristã a respeito da criação: “Dizer ‘criação’ é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto de amor de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado” (LS 76). Essa afirmação tem uma profunda densidade ecológica. Ao compreender a natureza como criação, coloca-se uma dimensão sacramental no mundo criado: o mundo é criação de Deus e é portador de um profundo significado, isto é, cada criatura, ao seu modo, é reveladora da bondade e beleza do Criador. Por conseguinte, a natureza vale por si mesma, independente do uso que dela possa fazer o ser humano. O valor das coisas criadas lhe vem não por conta de sua referência ao humano, mas de sua referência ao amor que Deus tem a cada criatura. O dano que se faz a natureza, a destruição ambiental, é, portanto, uma ofensa ao Criador presente em cada criatura, ou, como lamentava T. Berry, em cada ser que se extingue é a voz do Criador que silencia para sempre (BERRY, 1990, p. 46). Assim, é inaceitável uma visão reducionista da natureza, considerada unicamente como objeto de lucro e interesse, submetida ao domínio arbitrário do ser humano (LS 82).

Ao lado dessa compreensão, a *Laudato Si* adota um campo conceitual de natureza que vai dar uma densidade nova à análise da crise ecológica e aos caminhos a seguir. Trata-se da perspectiva

social de ambiente, isto é, da “relação entre a natureza e a sociedade que a habita” (LS 139). Aqui aparece uma abordagem integrativa que supera o equívoco de separar os componentes biofísicos e sociais do ambiente. Dito de outro modo, o que está subentendido é que ao se falar em crise ambiental deve ser considerada a estreita interação entre o dinamismo da “natureza” e o dinamismo da “sociedade” (BERTA BECKER, 1993,172). Nesse ponto da caminhada, o Papa Francisco já elegera um princípio que vai se repetindo, como que um ponto de costura, ao longo de toda encíclica: “Tudo está intimamente relacionado e os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise” (LS 137). Esse princípio reflete o denominado paradigma ecológico, integrador ou sistêmico cujo referencial científico é a “teoria geral dos sistemas” (CIRNE, 2013, 99-101). Com esse esquema teórico, a encíclica propõe uma “ecologia integral” que inclui claramente as dimensões humanas e sociais. Como dirá posteriormente o Papa: “*Laudato Si* não é uma encíclica “verde”. É uma encíclica social. O verde e o social caminham juntos: o destino da Criação está unido ao destino de toda a humanidade” (Francisco, 2020, 39-40. Assim, “as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS, 139).

Ora, para responder positivamente a esse apelo é necessária a formação de um novo sujeito ecológico, portador de uma “consciência que permita o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida” (LS, 202). Por isso a encíclica põe em evidência a importância da educação e da espiritualidade que impli-

quem numa verdadeira “conversão ecológica” (LS 216-221). Urge usar os mais variados espaços: família, escolas, meios de comunicação, política, a Igreja (213-214). Importa promover uma espiritualidade que ajude no processo de mudança de atitudes, de transformação pessoal/comunitária em direção a um relacionamento mais harmonioso com o próximo e com a natureza, gerando um “amor civil e político” (228-232) que “toca não só as relações entre os indivíduos, mas também ‘as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos e políticos’” (231).

Do antropocentrismo arrogante a uma humildade cósmica

Na perspectiva da ecologia integral, um dos pontos que precisa ser aprimorado e corrigido é a visão demasiada antropocêntrica que ainda persiste em grande parte da nossa sociedade. A *Laudato Si*, ao criticar o paradigma tecnocrático, não faz comentário direto sobre o tema, embora deixe bem claro que é inaceitável uma visão reducionista da natureza, considerada como objeto de lucro e interesse, submetida ao domínio arbitrário do ser humano (LS 82). Já na *Laudato Deum*, publicada em 2023, o Papa Francisco dá um passo à frente e faz uso do termo “antropocentrismo situado” sinalizando para a relativização do olhar demasiado antropocêntrico, uma vez que “a vida humana não pode ser compreendida nem sustentada sem as outras criaturas” (LD 67). Esse é um ponto crucial na necessária mudança de convicções e de atitudes em vista da formação de um novo sujeito ecológico (LS 202).

Para tanto, é preciso irmos ir à raiz do problema, ou seja, mudar para uma concepção antropológica consoante com a visão sistêmica, relacional e integradora que supere as contradições e limites do paradigma moderno e tecnocrático. Paradigma esse elaborado por um sujeito humano com um perfil histórico e social bem definido: o indivíduo ocidental, masculino, racionalista e portador de uma subjetividade que perdeu o horizonte da sociabilidade e da transcendência. O ser humano moderno, munido de uma poderosa razão instrumental, cuja expressão mais forte é a tecnociência, criou uma civilização que, para realizar seus projetos de poder, utiliza-se da colonização/exploração do próprio ser humano e da natureza, que ficam reduzidos à condição de objeto e desprovidos de sua dignidade, aquele subjugado pela crueldade da pobreza e a última reduzida à mero “recurso”. Essa situação de domínio está na raiz da atual crise ecológica. O antropocentrismo que inaugurou a civilização moderna esteve alicerçado numa imagem de Deus que exaltava acima de tudo a absoluta onipotência divina. Essa imagem estimulou o ser humano, *imago Dei* na Terra, a buscar cada vez mais poder e prepotência (Moltmann, 1993, p. 42-45).

Segundo Moltmann, o cristianismo em sua face ocidental moderna, ao fazer uma interpretação deturpada da fé bíblica, teve a sua parcela de culpa na formação desse modelo de ser humano, destacado e acima da natureza “O ‘*sujeitai a terra*’ foi concebido como mandamento divino para o domínio da natureza, para a conquista da terra e para a dominação do mundo pelas pessoas” (Moltmann, 1993, p.43). Nesse mesmo passo, segundo a avaliação de L. Susin, a interpretação equivocada desse mandamento, um se-

questro interpretativo e um dos erros mais desastrosos da história do Ocidente, foi usada para legitimar os desmandos da civilização moderna no trato com a natureza (Susin, 2003, p.95). Já que a origem comum da humanidade não é outra senão o pó da terra (“... és pó e ao pó voltarás, Gen 3,19), o ser humano, numa atitude de humildade cósmica, deveria estar bem consciente de que é uma parte da natureza:

Assim, não compete a nós a loucura de achar que podemos todas as coisas. Mas, em vez disso, devemos cultivar uma humildade cósmica...e nos convertermos em pessoas que reconheçam sua dependência ante às outras criaturas e ante à Terra, aceitando a nossa vulnerabilidade em relação à mortalidade e nos deixarmos integrar à comunidade da criação. (Moltmann e Boff, 2014, p. 51).

Essa vulnerabilidade é devida às próprias condições inerentes aos sistemas que compõem a teia da vida, daí por que todas as criaturas, os ecossistemas, a sociedade humana, somos intrinsecamente carentes e vulneráveis, pois todos dependemos de inter-relações para a manutenção da vida. Tendo em vista essa comum vulnerabilidade e que a natureza e vida humana coexistem, é preciso, pois, devolver à natureza o lugar legítimo que ocupa, subtraído pelo reducionismo antropocêntrico. O mundo, como nos recorda a *Laudato Si*, é “composto por sistemas abertos que entram em comunicação uns com os outros” e está “aberto à transcendência de Deus! (LS 79). Esse mundo, que precede e no qual surge o ser humano, já é portador de um princípio de inteligibilidade e criatividade que anima toda a criação. Um mundo, segundo A. Gesché, que já está, à sua maneira, instruído por um mandamento de invenção, pelo *logos* divino e criador. Essa visão é bem diferente daquele

mundo desencantado, mero objeto, concebido segundo uma visão mecanicista e, por isso, completamente separado e distinto do ser humano (Gesché, 2004, p. 53-57). Aqui importa deixar claro que, ao se resgatar esse lugar da natureza, o ser humano permanece com a sua singularidade, isto é, como colaborador na obra da criação, dando sua livre e pronta resposta, como um ser de liberdade. Como destaca o Papa Francisco, cabe ao ser humano a “tremenda responsabilidade” de cuidar e preservar o conjunto da criação (LS 90). Mas é precisamente esse ponto que precisa ser posto em evidência, se quisermos corrigir o antropocentrismo arrogante do mundo moderno. O ser humano chega num mundo que o precede. É nesse lugar que vem fazer a sua morada, é nele que dá um salto qualitativo que o faz transcender o nível natural dos outros seres, mas “nunca alienado desse mundo”. Todo o mundo criado é a casa, é o “lugar indispensável ao homem para que ele se entenda e se construa” (Gesché, 2004, p.55). Isso está de acordo com a visão bíblica, que mostra a palavra criadora inicial animando toda a criação, como bem nota A. G. Rubio:

A criação, a partir da mesma narrativa de Gn 1 ss, possui um valor singular, que não se esgota com a perspectiva soteriológico-anropológica. Com efeito, o mundo criado *precede* o ser humano e possui densidade própria. O ser humano deveria antes de mais nada receber como um *dom* este mundo que o precede, um mundo ‘já falado’ pela palavra criadora divina”.(A.G.Rubio, 2001,p. 155).

Um mundo “já falado” e, por isso, repleto de possibilidades e capacidades recebidas na sua origem pela palavra criadora. Portanto, deveríamos ver a natureza inteira como um lugar de Deus, do seu Verbo. Nas palavras de A. Gesché, “não se trata de sacralizar

a terra. Trata-se de lembrar que este mundo, já antes de nós, fora forjado e todo traspasado de racionalidade e de inteligibilidade, de logos” (Gesché, 2004, p. 14). Por outro lado, voltando à singularidade do ser humano, na adequada compreensão de que a vida humana e a natureza coexistem, concordamos com L. Boff quando afirma que “o ser humano é a parte consciente e inteligente da Terra. Por isso ele é a própria Terra que sente, que pensa, que ama, que cuida e que venera” (Moltmann e Boff, 2014, p. 90). Essa afirmação tem um tom ecológico muito forte que permite fundamentar um novo olhar sobre a natureza.

A natureza como sujeito de direitos

Com a proposição de que a vida humana é a parte consciente e inteligente da natureza, entramos numa questão ainda insuficientemente refletida nos debates teológicos e, ainda mais, na vivência pastoral de nossas comunidades. Dito de outra forma, a natureza é sujeito de dignidade e portadora de direitos? Podemos atribuir direitos à natureza? Pelo que vimos até aqui, considerando que o ser humano e natureza coexistem, devemos sim atribuir o direito subjetivo à natureza, vale dizer, o direito à existência como criatura, “ser-criatura-com-as-demais-criaturas”. Do ponto de vista ontológico-jurídico, J. Leimbacher já postulava: “A natureza precisa de direitos porque existem sociedades humanas e ordens jurídicas...Tão logo o homem ameace a existência da natureza, ter-se-á de pensar em direito da natureza à existência” (Leimbacher citado por Altner, 1991, p. 67). Esse reconhecimento é importante

porque, ficando reduzida ao mundo das coisas, a natureza estará sempre ameaçada pela exploração predatória movida pela cobiça humana. Para além desse argumento e da vital interdependência e interconexão dos componentes biológicos, importa destacar também o testemunho vivencial dos povos originários e das civilizações ancestrais que sempre consideraram a natureza como a Mãe Terra, a Pacha Mama, a mãe generosa e fecunda, da qual somos todos filhos e filhas. A sabedoria do “bem viver” desses povos reflete a sua convivência respeitosa com a natureza, que não se pode comprar, vender ou explorar, porque não é compreendida como “recurso natural” nem como mercadoria, mas como o habitat comum, o chão sagrado que precisa ser amado, cuidado e venerado. Foi isso que o Papa Francisco deixou registrado na sua *Querida Amazônia*: “os povos indígenas da Amazônia expressam a autêntica qualidade de vida como um “bem viver”, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica e manifesta-se no cuidado responsável da natureza” (QA 71). Degradar a terra é como violentá-la (Francisco, 2025, p. 64). De forma exemplar, em 2008, o Equador se tornou o primeiro país do mundo cuja Constituição reconhece que a natureza é um sujeito de direito, que tem o direito de existir, de ser preservada e de se regenerar quando for degradada, e que o poder público tem o dever de respeitar e zelar pelo cumprimento desses direitos. No ano seguinte, a ONU declarou que o dia 22 de abril seja mundialmente conhecido como o Dia da Mãe Terra. Reconhecer que a Mãe Terra tem direitos, para além do aspecto normativo, tem o enorme significado ético de que nós temos deveres para com ela,

o dever de preservar a riqueza de sua biodiversidade e cuidar da multiforme beleza de nossa casa comum.

Vimos acima, citando a *Querida Amazônia*, como os povos originários tendem a conservar uma relação harmoniosa e de profundo respeito para com a natureza. Não só entre os indígenas da Amazônia, como também em culturas ancestrais espalhadas pelo mundo. É lamentável, contudo, como essas tradições são menosprezadas e desvalorizadas segundo um padrão herdado do colonialismo europeu ainda vigente em muitos círculos da nossa sociedade. Trata-se de um etnocentrismo, um primo-irmão do arrogante antropocentrismo. Gabriel Vilardi denuncia essa forma de colonialismo mencionando fatos ocorridos por ocasião do Sínodo para a Amazônia, realizado em 2019, no Vaticano: o furto e descarte no Rio Tibre de estátuas da Pacha Mama por católicos tradicionalistas, e a censura sofrida por uma liderança indígena ao usar um traje típico em uma celebração eucarística. Atitudes claramente etnocêntricas, desaprovadas pelo Papa Francisco, que publicamente pediu perdão às pessoas ofendidas. Isso mostra que “Muitas vozes indígenas foram e ainda são silenciadas, menosprezadas, estigmatizadas” (Gabriel Vilardi, IHU, 05/09/2025). Em sua autobiografia, o Papa Francisco lamenta como os povos indígenas “são incompreendidos e excluídos da sociedade, tendo seus valores, sua cultura, suas tradições considerados inferiores” (Francisco, 2025, p. 64).

Quando refletimos sobre essas questões e reconhecemos a urgência da formação de pessoas conscientes que façam surgir novas sociedades, ecologicamente inclusivas (consideremos aqui as mulheres, os afrodescendentes, a população LGBTQ+ e demais gru-

pos historicamente marginalizados pelo sistema antropocêntrico excludente e dominador), estamos certos de que o caminho a percorrer demanda tempo e comporta longos processos de mudanças (LS 202). Nesse caminho de *conversão ecológica* é muito importante contar com uma espiritualidade que, ao lado de uma educação ambiental abrangente, contribua para a desejada transformação pessoal/comunitária em direção a uma convivência harmoniosa, relacionando e integrando os diferentes níveis do equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus (LS 210).

Uma espiritualidade integradora

Segundo J. Junges “só a mística consegue transformar verdadeiramente comportamentos pessoais e converter em profundidade hábitos culturais arraigados” (J. Junges, 2001, p. 55). A teologia cristã da criação oferece elementos para uma espiritualidade integradora, capaz de superar a relação dualista ser humano e natureza, apresentando uma unidade teo-antropo-cósmica, isto é, uma unidade na tríplice relação entre Deus, os seres humanos e a natureza condizente com a perspectiva da ecologia integral.

A espiritualidade inaciana, a partir dos Exercícios Espirituais, é um caminho privilegiado que conduz à conversão ecológica, pois está todo orientado por um impulso/movimento que harmoniza e integra o exercitante nas múltiplas relações com que se depara no cotidiano da vida. Assim como a ecologia integral ajuda a corrigir uma visão de ser humano separado da natureza, permitindo que o

mesmo se compreenda parte dela (ser humano *na* natureza), assim também a espiritualidade inaciana, harmonizando dois polos aparentemente opostos, permite que o exercitante se compreenda como um ser contemplativo *na* ação à medida em que, imerso nas atividades do mundo, consegue vislumbrar e saborear a presença do Criador. A meditação do *Princípio e Fundamento*, no início dos Exercícios Espirituais, abre-nos o horizonte de um projeto de vida no qual Deus, o ser humano e o mundo estão intimamente relacionados: “Deus está claramente diferenciado dos seres humanos e ambos dos outros seres da criação; no entanto, nenhum dos dois pode relacionar-se prescindindo do terceiro” (*Promotio Justitiae*, 1999, p.23). Ou seja, para Santo Inácio essas relações estão tão unidas que o ser humano não pode encontrar Deus se não o encontra no ambiente em que vive. Da mesma forma, a relação com o ambiente ficará desequilibrada se o ser humano não se relacionar harmoniosamente com Deus. Ao meditar sobre o *Princípio e Fundamento*, Teillard de Chardin afirmava que “a criatura não é somente um meio, mas uma ocasião de comunhão salvífica” (T. Chardin apud *Promotio Justitiae*, 1999, p. 23), experiência semelhante nos é descrita pelo Pe.Kollvenbach, sublinhando a natureza como um lugar privilegiado do encontro com o Criador:

No meio ambiente a pessoa humana encontra o Criador em ‘todas as coisas’ e não apesar das coisas criadas, como se elas estivessem escondendo-O por trás de um véu ou, inclusive com a ajuda delas, como se tivessem somente um valor instrumental. O ser humano está unido com as coisas em sua relação com Deus o qual amorosamente no-las presenteou em união com o nosso meio ambiente. (KOLVENBACH, P. H., citado por PROFIT, J. 2004, p.7).

Se o *Principio e Fundamento* mostra o horizonte para onde o exercitante deve caminhar ao longo do retiro, a *Contemplanção para alcançar amor*, situada no término dos Exercícios, é o ponto alto dessa jornada espiritual com a qual Santo Inácio convida o retirante a cultivar, na vida diária a atitude equilibrada frente aos três polos da relação. Trata-se de manter um olhar atento que seja capaz de “encontrar Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus”, de tal modo que possamos louvar e amar o mistério da auto-comunicação divina que se revela amorosamente a cada um de nós nas criaturas e, estas, por sua vez, nos levam até o Criador. Convém destacar que, para Santo Inácio, o amor se “traduz em obras”, o que significa agir, trabalhar, fazendo o bem, sendo contemplativo na ação, em tudo amando e servindo o Criador de todas as coisas.

Percebe-se, pois, que a espiritualidade dos Exercícios Espirituais não está desligada da vida pessoal nem do mundo da natureza, pelo contrário, está intimamente conectada com toda a realidade que nos rodeia, de modo que proporciona “uma moção interior que impele, motiva, encoraja e dá sentido à ação pessoal e comunitária” (LS, 216). Por não dissociar o agir da contemplação, com a atenção voltada ao bem mais abrangente, a espiritualidade inaciana pode ser um valioso instrumento na formação de pessoas ecologicamente responsáveis e movidas pela paixão de cuidar do mundo. Pessoas que, em meio ao trabalho e as lutas diárias pela sobrevivência, são sensíveis ao grito da terra e dos empobrecidos porque cultivam dentro de si “a dimensão espiritual integradora do antropológico, teológico e cósmico” (SIQUEIRA, 1995, p. 25). Ademais, essa dimensão integradora da espiritualidade inaciana res-

ponde àquela necessidade de uma revisão profunda do paradigma antropocêntrico, ou seja, a conversão da natureza de objeto a sujeito de direitos e, por conseguinte, a superação do velho etnocentrismo com a valorização das culturas ancestrais e da sua vital relação com a mãe natureza.

Por fim, no ano do oitavo centenário do *Cântico das Criaturas* não podemos deixar de mencionar a espiritualidade de São Francisco de Assis para quem a natureza, o ser humano e Deus estão amorosamente interligados, nunca esquecendo um ou outro aspecto dessa tríade relacional. A espiritualidade franciscana, portanto, reconhece que tudo que existe reflete a divindade e participa dela. A natureza é uma realidade criada e dependente, pois a sua origem está no Criador. Mas o Santo de Assis também sabe que a natureza não será respeitada pelo ser humano se este não respeitar igualmente o seu Criador e Senhor. Por isso, ele remete ambas as realidades, criatura humana e mundo natural, à sua fonte e origem, de modo que a humanidade, ao proclamar a grandeza de Deus, reconhece na beleza da criação uma manifestação do amor divino com a qual deve nutrir uma relação de fraternidade e de cuidado. Inspirados por essa espiritualidade, ouçamos o convite de outro Francisco, o autor da *Laudato Si*, e deixemos que a poesia e a beleza do *Cântico do irmão sol* nos movam “a descentrar e a transcender para que nossos povos tenham vida” (Francisco, 2020, p. 148)

Conclusão

O livro inspirador do título deste artigo chama-se “Há esperança para a criação ameaçada?”, de J. Moltmann e L. Boff. A pergunta não é mera retórica. Dez anos depois da *Laudato Si*, a preocupação com a possibilidade de chegarmos a um “ponto de ruptura”, sem retorno, com a consequente destruição da vida em todo o planeta torna-se mais real. É preciso passar do campo das discussões para uma conversão ecológica orientada pelo princípio da comunhão, da lógica da interdependência e da solidariedade universal que integra o ser humano, seus saberes e culturas, no seio comum da mãe natureza. A ecologia integral nos lembra que tudo está conectado, que devemos cuidar da nossa casa comum, que a crise não é só ambiental, mas também moral, cultural e espiritual.

38

Ao lado de outras motivações, uma espiritualidade integradora, como a dos Exercícios Inacianos, ilumina e impulsiona esse processo de renovação, ao proporcionar um sentido teológico e místico da luta ecológica, isto é, salvaguardar a nossa casa comum, habitada misteriosamente pelo Criador que a guia para um destino de plenitude (LS 100). O Papa Francisco conclui a *Laudato Si* com uma mensagem de esperança (LS 244). Uma esperança realista, comprometida, animadora porque fundada num princípio que não decepciona (Rm 5,5).

Referências

ALTNER, G. Comunidade Criacional e Reorientação do Direito. *Concilium*, 236 (1991), p.60-71.

BECKER, B. “Meio Ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, P.F, MAIDON, D. *As ciências sociais e a questão ambiental, rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED/UFPA, 1993.

BERRY, T. *The Dream of the Earth*. San Francisco: Sierra Clube Books, 1990.

CIRNE, L.F. R. *O Espaço da Coexistência*. Uma visão interdisciplinar de ética socioambiental. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Laudate Deum*. Exortação Apostólica. São Paulo: Paulinas, 2023.

FRANCISCO, Papa. *Laudate Si*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulus, Ed. Loyola, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Esperança*. A Autobiografia. S.Paulo: Schwarcz S.A, 2025,

FRANCISCO, Papa. *Querida Amazônia*. Exortação Apostólica. São Paulo: Loyola, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Vamos sonhar juntos*. O caminho para um futuro melhor. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

GESCHÉ, A. *O cosmo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

JUNGES, J.R. *Ecologia e criação*. São Paulo: Loyola, 2001.

MOLTMANN, J. *Deus na criação*. Doutrina ecológica da criação. Petrópolis: Vozes, 1993.

MOLTMANN, J., BOFF, L. *Há esperança para a criação ameaçada?* Petrópolis: Vozes, 2014.

PROFIT, J. *Ejercicios espirituales y ecologia. Promotio Iustitiae*, 82 (2004) 6-11

QUERIDA AMAZÔNIA e o resistente antropocentrismo: onde está o teu irmão indígena. IHU, 05 set. 20025. Disponível em <https://ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/656842-querida-amazonia-e-o-resistente-etnocentrismo-onde-esta-o-teu-irmao-indigena>. Acesso em: 28 set.2025.

SIQUEIRA, J. *Meditações ecológicas de Santo Inácio de Loyola*. São Paulo: Loyola, 1995.

SUSIN, L.C. *A criação de Deus*. São Paulo: Siquem/Paulinas, 2003.

SECRETARIADO A. S. Vivimos en un mundo roto. *Promotio Iustitiae*, 70 (1999) 1-79.

RUBIO, A.G. *Unidade na pluralidade*. São Paulo: Paulus, 2001.

QUERIDA AMAZÔNIA E O RESISTENTE ETNOCENTRISMO: ONDE ESTÁ O TEU IRMÃO INDÍGENA?

Gabriel Vilardi, SJ⁵

“Todos nós somos convidados a nos aproximarmos dos povos amazônicos de igual para igual, respeitando sua história, suas culturas, seu estilo de ‘bem viver’”, conclama o Documento Final do Sínodo para Amazônia (nº 55), que o Papa Francisco endossou no seu magistério. Recentemente, o Papa Leão XIV enviou uma mensagem à Conferência Eclesial Amazônica (Ceama), em que disse ser “necessário que Jesus Cristo, em quem se recapitulam todas as coisas, seja anunciado com clareza e imensa caridade entre os habitantes da Amazônia, de tal forma que temos de nos esforçar por lhes dar o pão fresco e límpido da Boa Nova e o alimento celeste da Eucaristia, único meio para ser verdadeiramente o povo de Deus e o corpo de Cristo”.

41

Tal fala gerou repercussões no movimento indígena, levando inclusive a Ministra dos Povos Indígenas a se manifestar em suas redes sociais. De fato, nesses momentos se percebe que Roma é muito distante da região amazônica, mesmo para um papa que morou tantos anos na América Latina. Acertadamente, Sonia Guajajara lembrou da proximidade e do apoio de outro latino-americano,

5 Jesuíta; bacharel em Direito pela PUC-SP e em Filosofia pela FAJE. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. Colabora no Instituto Humanitas Unisinos.

o Papa Francisco. Não só para muitas lideranças indígenas, mas a mensagem causou desconforto também para alguns no meio eclesial.

A dúvida que ainda paira no horizonte: segundo a concepção do novo pontífice, tem sido Cristo anunciado com clareza suficiente? Os padres e as madres sinodais do Sínodo para Amazônia foram bem claros nesse sentido:

O colonialismo é a imposição de certos modos de vida de alguns povos sobre outros, seja economicamente, culturalmente ou religiosamente. Rejeitamos uma evangelização ao estilo colonial. Anunciar a Boa Nova de Jesus implica reconhecer as sementes do Verbo já presentes nas culturas. A evangelização que hoje propomos para a Amazônia é o anúncio inculturado que gera processos de interculturalidade, que promovem a vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos. (Documento Final do Sínodo para Amazônia, 2019, nº 55).

Nenhuma forma de colonialismo pode mais ser tolerada, seja pelas forças políticas, econômicas e religiosas. Como pontua Leonardo Boff, “é o começo do novo tempo, da grande reconciliação dos seres humanos entre si, como irmãos e irmãs, cuidadores da natureza, unidos por um mesmo coração pulsante e habitando na mesma e generosa Pachamama, a Mãe Terra” (Boff, 2024, p. 68). E aqui que não se venha falar de idolatria, porque se trata de “encontrar Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus”, nos termos formulados por Santo Inácio de Loyola.

No Sínodo, quando as estátuas que representavam a Pachamama foram furtadas e jogadas no Rio Tibre por católicos extremistas, Bergoglio veio a público e lamentou o ocorrido: “como bispo da diocese, peço perdão às pessoas que foram ofendidas com

este gesto”. Acaso São Francisco de Assis, o padroeiro da ecologia integral, que há mais de 800 anos chamou a Casa Comum de “irmã Mãe Terra”, também deve ser acusado de heresia?

Em outro episódio em que alguém criticou o adereço tradicional usado por uma liderança indígena, em uma celebração eucarística, o pontífice argentino retrucou jogando luz sobre as roupas espalhafatosas dos cardeais: “que diferença há entre usar plumas ou o tricórnio de alguns chefes de dicastério?”. Por que alguns detentores de batina seguem achando que são mais santos do que os povos do cocar?

Passados mais de cinco séculos desde o “encobrimento” da América, como diz Enrique Dussel, o projeto de conquista e domínio permanece em andamento. Nessa lógica desenvolve Jason Stanley:

O colonialismo consiste em mitos e representações que se concentram na perspectiva do grupo colonizador, apagam a história dos sujeitos colonizados e criam a imagem da terra colonizada como terra vazia ou, no mínimo, não utilizada. Os colonizadores justificam seu projeto ressaltando sua ostensiva missão civilizatória, que dizem que trará benefícios para os colonizados, claro, quase sempre se demonstram intangíveis ou menos valiosos do que o prometido, e servem basicamente como um suposto lembrete da superioridade do colonizador – coisas como a religião, a cultura e, em alguns casos, uma formação profissional especializada. (Stanley, 2025, p. 42).

Muitas vozes indígenas foram e ainda são silenciadas, menosprezadas, estigmatizadas. E então a sociedade do tecnocapital avança devorando ecossistemas e culturas inteiras. “A terra sonha”, “o rio dorme”, confia Glicéria Tupinambá. “Quando a terra está bem, quando ela não está agredida, podemos sentir o vento

passar em nossos rostos, vemos que os animais se sentem bem” (Tupinambá, 2023, p. 188), continua convicta.

Entretando, o paradigma tecnocrático não tolera esse tipo de saber, que invariavelmente é taxado de balela mágica. O importante é o progresso tecnocientífico. Ainda assim, “o vento canta, as árvores nos cumprimentam”, insiste a liderança Tupinambá. “É diferente de chegar a um lugar que foi agredido”, porque onde há harmonia, “podemos sentir que a terra sonha” (Tupinambá, 2023, p. 188). A sociedade do capital há muito deixou de perceber os sonhos dos territórios.

Já em 1984, Paulo Suess, assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), defendia a importância do diálogo intercultural e inter-religioso na caminhada junto aos povos originários:

Diálogo e missão nasceram com os ‘atos dos apóstolos’, no mesmo dia de Pentecostes. São prática de uma Igreja que ‘abraça na caridade todas as línguas’, procurando superar o bloqueio de comunicação desde Babel (AG 4). O diálogo é um pressuposto da missão. Missão sem diálogo induz à submissão. Diálogo sem missão é suspeito de omissão diante do mandato do Senhor de ‘anunciar uma boa notícia aos pobres’ e de ‘libertar os oprimidos’ (Lc 4, 18). (Suess, 1985, p. 19).

Com esse intuito e provocando uma significativa ruptura com o modo tradicional de evangelização, os missionários e as missionárias indigenistas criaram o Cimi, em 1972. A partir de então vieram as Assembleias dos Chefes Indígenas (1974) e a gênese do movimento indígena, os relatórios de denúncia começando pelo Y-Juca Pirama e o forte apoio à luta pelo reconhecimento dos ter-

ritórios ancestrais. Ou seja, “a luta pela vida, e não a catequese, passou a ser a grande tarefa da evangelização” (Prezia, 2003, p. 69).

Nessa esteira, Dom Erwin Krautler – então presidente do Cimi e futuro articulador do Sínodo para Amazônia – reafirmou perante a “Assembleia Geral da CNBB, em 1984”:

Mas como anunciar esta vida em plenitude, se a sobrevivência nua e crua de povos inteiros está continuamente ameaçada, se o genocídio prossegue impune, se decretos e leis são fabricados para dar respaldo legal ao extermínio sistematicamente programado? Os mortos já não são mais os destinatários do Evangelho do Senhor (1991:18). (Prezia, 2003, p. 69).

Mais de quarenta anos se passaram e a vitória na Constituinte, com o comando constitucional que garante a demarcação dos territórios tradicionais, não foi suficiente. Atualmente vigora a Lei 14.701/23 que na prática trava o já vagaroso processo de reconhecimento estatal das terras indígenas. Isso sem mencionar o absurdo Projeto de Decreto Legislativo 717/24, aprovado a toque de caixa no Senado, para anular duas homologações de territórios ancestrais e esvaziar o procedimento de demarcação, previsto no Decreto 1775/1996. As palavras de Dom Erwin continuam fazendo sentido.

Ora, “evangelizar não é levar ou impor e, menos ainda, transculturar”, mas “significa antes um diálogo, encontro transfigurador, descoberta reveladora de Deus sempre ativo e presente”. Essa foi uma das conclusões da I Consulta Ecumênica sobre Pastoral Indigenista na América Latina (1983), com a participação de bispos brasileiros. Quer dizer, “quando a evangelização destrói, sufoca ou

domina, é sinal de que não pertence ao mistério de Jesus Cristo e se converte em sinal de pecado” (Prezia, 2003, p. 72).

Apesar da busca de alguns grupos ultraconservadores, com o apoio tresloucado de políticos de extrema-direita, a cristandade acabou. Nessa esteira desenvolve Suess:

O tempo da cristandade terminou, definitivamente; e, com ele, a esperança de ‘ainda’ poder incorporar na Igreja Católica ou no cristianismo a humanidade toda, com as suas religiões e crenças, com suas civilizações e culturas. A Igreja se torna, a nível mundial, cada vez mais diáspora e ‘pequeno rebanho’ (Lc 12, 32). (Suess, 1985, p. 21).

Infelizmente, não se trata apenas do desejo de um radicalizado substrato religioso. No Brasil, a soberba de uma certa elite agrária segue se achando dona das terras roubadas e dos corpos indígenas submetidos a condições análogas à escravidão. Impera no país um “modelo capitalista de exploração dos territórios e de mercantilização da vida”, altamente excludente e concentrador de renda. Vale destacar que “o Congresso Nacional, hoje, herdeiro do ranço colonial e principal suporte do capital, configura-se como o maior risco para a democracia no país” (Relatório, 2025, p. 15).

É inadiável romper com uma visão estereotipada e redutora dos povos indígenas, que os mantêm sempre à margem e na posição de vítimas. Recuperar a sabedoria ancestral impõe-se como um dever cada vez mais urgente. Como ensina Ailton Krenak, “o meu povo, assim como outros parentes, tem essa tradição de suspender o céu” (Krenak, 2020, p. 45). E isso significa “ampliar os horizontes de todos, não só dos humanos” (Krenak, 2020, p. 46).

Afinal, “quando pensamos na possibilidade de um tempo além deste, estamos sonhando com um mundo onde nós, humanos, teremos que estar reconfigurados para podermos circular” (Krenak, 2020, p. 47).

De acordo com as pesquisas produzidas pelo antropólogo e arqueólogo Eduardo Góes Neves, “sabemos que a Amazônia é habitada há pelo menos 12 mil anos, há tanto tempo quanto em outras partes das Américas, por diferentes povos, com distintas formas de organização social e política, desde bandos nômades de caçadores-coletores até sociedades sedentárias hierarquizadas que produziram objetos de pedra e cerâmica extremamente refinados” (Neves, 2022, p. 184). O cientista aponta as consequências da colonização para a consolidação de uma imagem distorcida de tais povos:

Do texto de Euclides depreende-se a essência básica do princípio da incompletude. A ideia de que algo sempre faltou à Amazônia e seus povos: a agricultura, o Estado, a história, as cidades, a escrita, a ordem e o progresso. (No caso particular de Euclides, falta até ‘ordem geológica’). Normalmente, os textos produzidos com base no princípio da incompletude vêm recheados com argumentos de ausência, de escassez, da falta. Apesar de representativo para o contexto amazônico, esse princípio vale também para discussões mais amplas sobre os povos indígenas das terras baixas sul-americanas, antes e depois do início da colonização europeia. É, assim, notável como, desde o século XVI, o uso da preposição ‘sem’ tem sido utilizado com frequência para designar os povos e a natureza aqui encontrados pelos europeus, como na clássica formulação de Pero de Magalhães Gândavo sobre os Tupinambá: povos ‘sem fé, sem lei, sem rei’. (Neves, 2022, p. 182).

O Papa João Paulo II reconheceu em homilia “*as infidelidades ao Evangelho, nas quais incorreram alguns dos nossos irmãos*, especialmente durante o segundo milênio”. Na ocasião do Jubileu

do ano 2000, pediu “perdão pelas divisões que surgiram entre os cristãos, pelo uso da violência que alguns deles fizeram no serviço à verdade, e pelas atitudes de desconfiança e de hostilidade às vezes assumidas em relação aos seguidores de outras religiões”. A tão conhecida soberba dos fariseus!

De uma forma ainda mais clara e direta, o Papa Francisco também pediu perdão algumas vezes pelo modo nada evangélico de alguns cristãos, especialmente em relação aos povos originários. Vale citar o encontro com os movimentos sociais em 2015, na Bolívia e a visita ao Canadá, em 2022. Nessa última visita não houve meias palavras: “peço perdão pelas formas em que muitos cristãos, infelizmente, apoiaram a mentalidade colonizadora das potências que oprimiram os povos indígenas”.

Segundo Suess, “a crise é também um julgamento do Senhor da História sobre a Igreja, seu etnocentrismo (aliás, bem documentado), seu oportunismo e seu silêncio” (Suess, 1985, p. 22). O papa jesuíta tampouco teve medo de admitir os erros da Igreja para assim renovar a aliança com as comunidades originárias. Em Puerto Maldonado, no Peru, reafirmou que “a cultura dos nossos povos é um sinal de vida”. Afinal, “têm uma sabedoria que os põe em contacto com o transcendente e faz-lhes descobrir o essencial da vida”.

As palavras do teólogo indigenista revestem-se de lucidez e pertinência inigualáveis, ao questionar inclusive a própria Teologia que se entende de vanguarda:

Também a Teologia da Libertação refletiu até agora mais as estruturas sociais do que as raízes étnicas do continente; mais a condição do pobre, do que a condição do indígena e do negro. Mas o pobre desta terra é também indígena e é negro – e é também branco. A questão étnica contém ainda muita dinamite para uma Igreja que teoricamente relativiza seu condicionamento cultural, quando afirma que ‘não está ligada de maneira exclusiva e indissolúvel a nenhuma raça ou nação, a nenhuma forma particular de costumes e nenhum hábito antigo ou recente’ (GS 58,3) e que reconhece a ‘legítima autonomia da cultura humana’ (GS 59, 3). Os povos autóctones ainda vão cobrar isso um dia das Igrejas. (Suess, 1985, p. 22).

Infelizmente, transcorridos mais de quarenta anos, poucoíssimo se avançou nas faculdades de Teologia sobre um fazer teológico intercultural e antropológicamente diverso. Os currículos dos centros teológicos, mesmo aqueles mais avançados e abertos aos sinais dos tempos, ainda estão focados em uma perspectiva eminentemente eurocêntrica. A interdisciplinaridade do conteúdo é baixa, com limitada interface com a Antropologia e as Ciências Sociais.

49

Como são preparados e formados os missionários e as missionárias que vão para a Amazônia e/ou trabalhar junto aos povos indígenas e demais populações tradicionais? Estarão ainda sendo repetidos métodos anacrônicos e etnocêntricos em nome de Jesus, por falta de maior interesse dos responsáveis pelos estudos teológicos? Ao comparar o extermínio nas Américas ao domínio mouro na Península Ibérica, Suess indaga: “quem ensinou aos crucificados a crucificarem seus algozes?” (2024, p. 10).

A opção preferencial pelos povos indígenas só faz sentido se for possível o respeito à alteridade, ao totalmente Outro que está

muito além das próprias categorias. Assim pontua o experiente teólogo do Cimi:

Portanto, todos aqueles que ‘sem culpa ignoram o Evangelho de Cristo e sua Igreja, mas buscam a Deus com coração sincero e tentam, sob o influxo da graça, cumprir por obras e vontade, conhecida através do ditame da consciência, podem conseguir a salvação eterna’ (LG 16). O caminho dos não-cristãos se torna cada vez mais o caminho ordinário (majoritário) da salvação. Assegurada a salvação de todos, a tarefa missionária não fica sem razão e não perde a sua emergência, porque ‘manifestar e comunicar a caridade de Deus’ (AG 10) não se limita à salvação da alma. A missão não se restringe ao campo religioso. Ela parte do religioso, quer dizer, da opção de fé que o missionário realiza dentro das estruturas religiosas da sua Igreja, mas dispara na libertação integral do homem. [...] Eis a opção preferencial pelos pobres, com rosto indígena. (Suess, 1985, p. 25).

Ao se referir às missões evangélicas estadunidenses, um indígena denunciou que “as missões nos matam por dentro, esquecem nossas tradições, cultura e religião”. “Impõem-nos outra religião, desprezando os valores que já possuímos”, continua, e “isto nos descaracteriza a ponto de nos envergonharmos de ser índios (CIMI, 2013, p. 47)” (Viezzer e Grondin, 2021, p. 147).

O episcopado do Equador recordou que “o argumento de que não se pode julgar o passado com critérios e valores de hoje, sobretudo no que se refere à conquista e primeira evangelização pode ser uma forma sutil de desculpa e pretexto para não revisar nosso presente” (Suess, 2024, p. 10). Tal afirmação parece ser um bom começo para visitar com criticidade os acontecimentos e descolonizar o olhar sobre a história, sem posições defensivas ou triunfalismos ultrapassados.

“Na avaliação da conquista espiritual das Américas não está em jogo a crueldade de uma ou outra nação europeia, mas, sobretudo, a ambivalência do próprio cristianismo”. Ou seja, “a integridade do Evangelho não garante a integridade da ação histórica dos evangelizadores” (Suess, 2024, p. 12). Há um questionamento sempre densamente atual: como testemunhar o Deus de Rosto Indígena? Suess aponta algumas destas intuições que foram sendo gestadas pelos missionários e missionárias indigenistas ao longo do tempo:

Não se trata mais de simplesmente estender a Igreja e a fé. Trata-se de estender, a partir da fé e com a fé, a caridade e a esperança com todas as suas implicações terrestres. O Concílio ampliou o horizonte missionário, ao declarar que os cristãos devem ‘colaborar com todos os outros para estruturar com justiça a vida econômica e social’ e associar-se ‘aos esforços dos povos que procuram, com afinco, melhorar as condições de vida e firmar a paz no mundo, dando combate à fome, à ignorância e às doenças’ (AG 12, 3). A missão que se dedica ao surgimento do ‘homem novo’, do homem integral, do homem não mutilado pela miséria e opressão, essa missão mostra também a imagem do verdadeiro Deus. (Suess, 1985, p. 26).

Inexorável a ruptura definitiva com uma concepção conquistadora do cristianismo, que nada possui da essência do Evangelho da Vida. Como diz Iara Bonin, “para romper com o silenciamento histórico e atual em relação ao racismo, ao genocídio, às atrocidades praticadas contra os povos originários é preciso romper com o que Maria Aparecida Bento (2022) chama de ‘pacto narcísico da branquitude’, problematizando a suposição de que o branco seria a referência universal de humanidade e analisando o racismo em sua dimensão estrutural” (Relatório, 2025, p. 36).

“Se fizéssemos um estudo antropológico na cultura de vocês, teríamos qualificações e um respaldo maior para conseguir convencer muitas pessoas a se tornarem selvagens, a se tornarem pessoas não tão intelectuais, não tão importantes”, provoca Jerá Guarani. “De modo geral, vocês seriam melhores” (Guarani, 2023, p. 20), conclui a liderança do Povo Guarani Mbya. A riqueza das cosmovisões originárias é na mesma proporção inestimável e desconhecida pelos não indígenas. Como despertar o interesse genuíno, sensível e reverente a tal conhecimento? Nesse sentido observa com profundidade o assessor do Cimi:

A teologia das religiões não-cristãs deveria mostrar que essas religiões são legítimos caminhos de salvação para os ‘pagãos’; não caminhos de salvação individual, apesar de sua religião; mas coletivos, através de sua religião. Jesus ressuscitado precedeu seus discípulos na Galileia dos pagãos (Mt 4, 15; 16, 32). Na terra dos não-cristãos os apóstolos encontraram mais do que ‘as sementes do Verbo’ (AG 11), mais do que ‘lampejos da verdade’ (NA 2, 2), mais do que ‘sombras e imagens’ (LG 16). Encontraram o próprio Jesus ressuscitado. (Suess, 1985, p. 29).

Apesar da posterior Declaração *Dominus Iesus* (2000) do Dicastério para a Doutrina da Fé, a perspectiva de Suess continua fiel ao espírito do Concílio Vaticano II. Quer dizer, evangelizar é muito mais do que catequizar e cristianizar os povos ou mesmo estar refém de uma pastoral puramente sacramentalista. Partilhar a Boa Nova da Libertação é apoiar a luta pela vida em abundância de comunidades inteiras, que são mantidas oprimidas nos cativeiros da Babilônia, pelo ogronegocio escravocrata.

O Deus de Jesus Cristo é comunhão plural e diversidade criativa. No seio da Trindade, Deus se fez “Comunhão, e não Soli-

ção; é amor que se difunde em outros e que quer companheiros em seu amor” (Boff, 2024, p. 199-200). Deus jamais poderia ser monocromático, uniforme, autoritário e empobrecedor. E isso está mais do que evidente na história do cristianismo, pelas vidas de tantas testemunhas que experimentaram a ternura luminosa do Amado. Conforme sintetizado pelo teólogo, o Senhor se encontra na comunhão solidária do caminho:

A Igreja Católica tem, em Jesus Cristo, o essencial da verdade. Ela não ‘tem’ todo o Cristo. Ela não dispõe de toda a verdade. A verdade é complementar. Também nas outras religiões há verdade, santidade, valores e presença de Deus (NA 2; AG 11). Os cristãos caminham com as outras religiões na mesma direção. Como peregrinos, dizemos aos outros: ‘Seja aquilo que você é, no fundo de sua alma’. No diálogo religioso não equiparamos a nossa religião às crenças dos outros. Não negociamos a nossa fé. Ele não é a chegada, nem o fim do caminho. Ele é simplesmente o caminho e se revela no caminho (Lc 24, 32). (Suess, 1985, p. 30).

Como explica Jerá, “contamos com muitos parceiros *jurúá* [não indígenas] que lutam conosco”. E certamente entre eles estão muitos cristãos, inclusive alguns organismos eclesiais, como o Cimi, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam) e a Conferência Eclesial Amazônica (Ceama). “Muitos já morreram e outros ainda vão morrer” (Guarani, 2023, p. 20-21), admite Jerá Mbya. Entre eles, autênticos seguidores e seguidoras do Evangelho, estão os mártires que derramaram seu sangue pela causa indígena: Padre Rodolfo Lukenbein (1976), Padre João Bosco Burnier (1976), Irmã Cleusa Rody Coelho (1985), Padre Ezequiel Ramin (1985), Irmão Vicente Cañas (1987).

Passados mais de cinquenta anos da fundação do Cimi, centenas de missionários e missionárias, religiosos e religiosas, leigos e leigas, padres e bispos seguem testemunhando sua profunda fé em Jesus Cristo, em um apostolado comprometido com a luta dos povos indígenas. Assim reconhecem valorosas lideranças e organizações indígenas das mais distintas comunidades, de Norte a Sul do Brasil.

A aliança forjada entre suor e sangue permanece firme e alicerçada no sonho comum por dignidade e autodeterminação dos povos. Fundamentados no magistério do Papa Francisco, sua profecia continua inspirando a fidelidade do testemunho indigenista:

E, nos dias de hoje, a Igreja não pode estar menos comprometida, chamada como está a ouvir os clamores dos povos amazônicos, 'para poder exercer com transparência o seu papel profético'. Entretanto como não podemos negar que o joio se misturou com o trigo, pois os missionários nem sempre estiveram do lado dos oprimidos, deploro-o e mais uma vez 'peço humildemente perdão, não só pelas ofensas da própria Igreja, mas também pelos crimes contra os povos nativos durante a chamada conquista da América' e pelos crimes atrozes que se seguiram ao longo de toda a história da Amazônia. Aos membros dos povos nativos, agradeço e digo novamente que, 'com a vossa vida, sois um grito lançado à consciência (...). Vós sois memória viva da missão que Deus nos confiou a todos: cuidar da Casa Comum'. (Querida Amazônia, 2020, nº 19).

Um desses cristãos comprometidos com a causa indígena foi o bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, que por mais de 20 anos (1975-1996) devotou-se com fidelidade ao compromisso com os povos originários, legítimos herdeiros de Makunaima. A diocese esteve na vanguarda de um novo estilo de pastoral indigenista, na

esteira dos avanços do Vaticano II. A vida do missionário da Consolata foi uma radical denúncia das forças da morte, representadas por fazendeiros, militares e garimpeiros, e o aprofundamento da aliança com as comunidades indígenas.

Em 1978, após o curso de indigenismo com o antropólogo jesuíta Bartomeu Melià, os missionários e as missionárias indigenistas de Roraima assumiram como objetivos de seu apostolado quatro pontos inegociáveis: a defesa das terras ancestrais e a sua respectiva demarcação pelo Estado; a “preservação da Cultura, respeitando e incentivando a maneira de ser dos povos indígenas e seu ritmo de crescimento”; a “encarnação na realidade indígena, identificando-se e comprometendo-se com a mesma, por meio do estudo das línguas, do reconhecimento da validade da cultura e da comunhão de vida com os indígenas, superando qualquer forma de desprezo e discriminação”; e a “autodeterminação dos povos indígenas para que eles mesmos se tornem sujeitos e autores de sua história e, de nosso lado, acreditando seriamente nas suas capacidades e abandonando toda forma de paternalismo” (Mongiano, 2011, p. 147).

Neste sentido confessou Dom Aldo sobre o apropriado modo de se relacionar com as comunidades originárias:

Segundo meu parecer, a nossa missão em Roraima tem tido características únicas. A encarnação dos missionários no mundo indígena, na cultura, na história e na realidade por eles vivida, no plano social, econômico e político, exigiu um trabalho missionário específico, muito diferente daquele realizado pelos missionários [...] em outras partes do mundo. (Mongiano, 2011, p. 132).

Ameaçado em inúmeras ocasiões pela elite agrária local, Dom Aldo recebeu a sempre fiel proteção das comunidades indíge-

nas. Muitas foram as vezes que milhares de lideranças tomaram as ruas da capital Boa Vista para protestar e manifestar o seu apoio ao querido amigo. Se essa profunda amizade não testemunha Cristo, o Sol de Justiça, não será outra doutrina que convencerá alguém.

“Se temos contato com a cultura *juruá* há quinhentos anos, isto é a demonstração de que, de fato, o *juruá* poderia se tornar selvagem, continuar vivendo e ter um pouco mais de respeito com o planeta Terra” (Guarani, 2023, p. 28), professora Jerá. Dom Aldo um foi desses *juruá* que se tornou mais selvagem. Não há clareza maior do que a intensa comunhão travada entre missionários indigenistas e os povos do Bem Viver, rumo a uma selvageria libertadora. Com certeza o Papa Leão também terá oportunidade, no seu devido tempo, de se encantar pela querida Amazônia e seus povos, aprofundando a sua compreensão sobre os desafios e os apelos dessa missão.

Habitar nas fronteiras geográficas e existenciais gera tensões e incompreensões, mas também verdadeiras oportunidades de diálogo e fortalecimento das relações. Nem sempre existem respostas prontas e óbvias, mas se procura aprender a formular as questões que dão o verdadeiro horizonte de sentido. Neste dia da Amazônia é tempo de reafirmar o compromisso com a luta indígena, baseado no respeito e no protagonismo das comunidades originárias. A clareza possível está em reconhecer a múltipla paleta de tonalidades da densa e rica realidade. Afinal, a “realidade é superior à ideia” (EG 217-237) e a Belo se faz vida concreta e inacabada, na pluridiversidade originária.

Referências

BOFF, Leonardo. *Cuidar da Casa Comum*: pistas para protelar o fim do mundo. Petrópolis: Vozes, 2024.

GUARANI, Jerá. Tornar-se selvagem. *In*: CARNEVALLI, Felipe (org.). *et al. Terra*: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu Editora, 2023. p. 19-29.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MONGIANO, Aldo. *Roraima entre profecia e martírio*: testemunha de uma Igreja entre os índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano, missionário da Consolata, Bispo de Roraima de 1975 a 1996. Boa Vista: Diocese de Roraima, 2011.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio*: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Pauli: Ubu Editora, 2022.

RELATÓRIO de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil-Dados 2024. 22ª ed. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2025.

STANLEY, Jason. *Apagando a história*: como os fascistas reescrevem o passado para controlar o futuro. Porto Alegre: L&PM, 2025.

SUESS, Paulo. *A conquista espiritual da América espanhola*. Petrópolis: Vozes, 2024.

SUESS, Paulo. *Cálice e cuia*: crônicas de pastoral e política indigenista. Petrópolis: Vozes e Cimi, 1985.

VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. *Abya Yala*: genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2021.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O território sonha. *In*: CARNEVALLI, Felipe (org.). *et al. Terra*: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu Editora, 2023. p. 179-191.

ALTO LÁ, ESTA TERRA TEM DONO: ATROCIDADES DO PAÍS DA COP30

Gabriel Vilardi, SJ⁶

No discurso da presidente Sheinbaum, realizado no dia da independência do México, seu grito ecoou pela lotada Praça do Zócalo: viva as mulheres indígenas! De fato, é preciso celebrar a resistência dos Povos Indígenas, em uma América Latina que continua marginalizando e perseguindo suas comunidades originárias. Se os ventos do Norte vêm carregados de neofascismos e neoimperialismos cada vez mais assustadores, os do Sul tampouco são muito animadores.

58

Sejam os Mapuches do Chile e da Argentina com os projetos petrolíferos, os Guaraní no Paraguai com o avanço da soja ou os Wapichana e Macuxi da Guiana com o garimpo ilegal. Os territórios ancestrais estão gravemente ameaçados. Sequer as paradigmáticas e avançadas Constituições da Bolívia e do Equador são suficientes para frear os numerosos ataques aos povos da *Pachamama*. Nem mesmo o país anfitrião da COP 30 possui condições de liderar um processo ousado de reconstrução do multilateralismo climático, enquanto comete sistemáticas violações contra os direitos indígenas.

As sabedorias originárias são bastante assertivas relativamente à ganância capitalista que impera nas sociedades não-indíge-

⁶ Jesuíta; bacharel em Direito pela PUC-SP e em Filosofia pela FAJE. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. Colabora no Instituto Humanitas Unisinos.

nas. “O desejo de luxo é como um grande barco no meio do oceano, e pode vir a submergir levando tal sonho”, adverte Timóteo Verá Tupã Popyguá (2024, p. 46). Sonho esse “que não é verdade, apenas uma alucinação”. Assim explica a liderança Guarani Mbya:

Aquele que tinha demais queria muito mais. É essa a intenção que enfraquece a sociedade humana e, portanto, os juruá [não indígenas] se distanciaram dos verdadeiros ensinamentos de Nhanduru. Essa decadência espiritual faz com que o planeta Terra sofra as mudanças drásticas de sua origem natural e, logo, a humanidade sofrerá todas as consequências. Os seres vivos da Terra esqueceram de seu chão, esqueceram que existia a terra para pisar e viver em harmonia com a natureza, porque já fazem parte dela. Se distanciaram praticamente por um único motivo: riqueza e ganância por um poder que na realidade é transitório. (Popyguá, 2024, p. 46).

As estatísticas são alarmantes. No ano passado foram pelo menos 211 assassinatos, 31 tentativas de assassinato, 20 ameaças de morte e outros 20 casos de violência sexual contra os Povos Indígenas. O Brasil é o quarto país no mundo que mais mata defensores do meio ambiente, segundo o relatório da organização *Global Witness*. Fica atrás apenas de Colômbia, Guatemala e México. Cerca de 80% das vítimas são oriundas da América Latina, região em que lutar pela causa ecológico-climática é profundamente perigoso.

Somente no ano passado, “mais de 30 ataques contra comunidades indígenas foram registrados no país, e ao menos dez pessoas ficaram com projéteis alojados em seus corpos: nove Avá-Guarani e um Guarani Kaiowá, que ficou com uma bala alojada em sua cabeça” (Relatório, 2025, p. 9). E nem se diga que isso é novidade, porque tais números se repetem sucessivamente há décadas,

nos imprescindíveis e bem elaborados Relatórios de Violência do Cimi.

Como recorda Ana Luiza Braga (2024, p. 116), “no Brasil, a Lei de Terras de 1850, elaborada por grandes latifundiários, herdeiros dos sistemas de sesmarias, estabeleceu que a aquisição de terra só seria possível pela compra, impedindo seu acesso àqueles que procuravam manter como mão de obra barata após a abolição”. Um país com uma elite que possui horror à reforma agrária e que sempre trabalhou para manter alijados povos indígenas e descendentes de escravizados. Nesse sentido reflete a pensadora:

A transformação da terra em propriedade fundiária, adquirida através de capital, garantiu que imensas áreas rurais se mantivessem concentradas nas mãos de poucos proprietários. Ao longo do século XX, a produção em larga escala de commodities agropecuárias promoveu o êxodo rural, a urbanização e a fome. Após tentativas fracassadas de implantação da reforma agrária no Brasil, os conflitos pela terra se intensificaram, com chacinas e desocupações violentas perpetradas pelas forças de coação do Estado brasileiro, como o massacre de 21 pessoas em Eldorado do Carajás, em 1996. (Braga, 2024, p. 116).

Apesar disso, “povos da floresta, comunidades rurais, sem-terra, assentadas, camponesas e ribeirinhas seguem enfrentando cotidianamente a violência neocolonial, retomando seus vínculos e sentidos de território, reivindicando e fabricando as políticas públicas em defesa da vida” (Braga, 2024, p. 116-117). Um exemplo da colonialidade do poder a que estão submetidas as comunidades originárias é o famigerado Marco Temporal, transformado em lei.

Como sublinha o Cimi, “é inquestionável que a Lei 14.701/2023 impacta negativamente todos os procedimentos de-

marcatórios em curso no Brasil, impondo à Administração Pública referências absolutamente contraditórias entre si no exercício de suas atribuições constitucionais”. De acordo com a Funai, “304 procedimentos de demarcação se encontram em fases anteriores à regularização, sendo, portanto, afetados de formas diversas pela Lei 14.701/2023” (Relatório, 2025, p. 43).

“A guerra, a invasão e o aliciamento sistemáticos em terras indígenas e tradicionais tomam a forma de políticas institucionais terricidas, de missões catequizadoras e da violência racista de Estado, operantes há muito sob os lemas do desenvolvimento e do progresso” (Braga, 2024, p. 60-61). Nessa esteira, as queimadas foram devastadoras sobre os territórios indígenas. Entre os mais atingidos estão as “TIs Utiariti, que teve 28% de seus 412 mil hectares queimados, e Pareci, em Mato Grosso, onde as queimadas consumiram mais de 280 mil hectares de florestas” (Relatório, 2025, p. 22). A destruição foi chocante:

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ao longo de 2024, 29.635 focos de incêndio atingiram Terras Indígenas, que reuniram cerca de 11% do total de focos registrados no país em todo o ano. A quantidade de focos de incêndio em terras indígenas foi mais do que o dobro registrado no ano anterior, e este dado considera apenas as Terras Indígenas já delimitadas. As áreas reivindicadas e ainda sem os estudos concluídos ou sequer iniciados provavelmente tornaram esta cifra ainda mais estonteadora. (Relatório, 2025, p. 22).

“O que mantém o equilíbrio do planeta são o amor e a espiritualidade dos povos que ainda têm fé” (Popyguá, 2024, p. 50), conta o líder Guarani Mbya. Certamente não uma religiosidade fundada nas teologias da prosperidade e do domínio, que propagam

uma tanato-espiritualidade. “O ser humano depende da terra para existir, mas a Terra não depende de nós” (Popyguá, 2024, p. 53). A humanidade será capaz de reconhecer tal fato?

É preciso romper com a racionalidade devoradora que levará o planeta ao esgotamento. “As consequências dessa lógica da pilhagem se manifestam no *brutalismo* dos processos contemporâneos pelos quais ‘o poder agora se constitui, expressa-se, reconfigura-se, age e se reproduz como força geomórfica’, incluída a dimensão da toxicidade que afeta mormente os ‘corpos de fronteira’” (Braga, 2024, p. 53-54). Das periferias do sistema econômico-produtivo, os povos originários observam a barbárie produzida pelos não indígenas:

Segundo os povos Nhandé'iva'e, o início do fim do nosso tempo está por chegar. Por desobediência e desvio de conduta dos seres humanos, que se distanciaram do ensinamento de Nhanderu. Muito materialismo, individualismo, falta de virtude e esquecimento de sua essência. O que esperamos dos seres humanos totalmente sem espírito? Violência entre os irmãos. (Popyguá, 2024, p. 50).

O Relatório de Violência, publicado esse ano, apontou 154 registros de conflitos relativos a direitos territoriais, em 114 Terras Indígenas, situadas em 19 estados. Constatou-se ainda 230 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, em 159 Terras Indígenas, pertencentes a 21 unidades da federação. Como se não bastasse, 37 registros de povos indígenas em isolamento voluntário “estão em áreas que permanecem sem providência da Funai para a demarcação ou proteção” (Relatório, 2025, p. 9). Ou seja, grupos inteiros encontram-se totalmente desprotegidos!

Vale destacar também o escandaloso “caso de uma criança Iny/Karajá de apenas seis anos capturada por um capataz de fazenda e marcada com um ferro quente usado para marcar gado” (Relatório, 2025, p. 36). Perdeu-se a capacidade de indignação diante do abuso de poder, total arbítrio da elite agrária? Provavelmente, se se tratasse de uma criança não indígena o caso teria repercutido mais efusivamente nas rodas dos “cidadãos de bem”, defensores da “família tradicional”. Nesse sentido observa Iara Bonin:

A criança estava perto da aldeia Macaúba, na Terra Indígena (TI) Parque do Araguaia. O ato de marcar a ferro desumaniza a pessoa indígena e, além de atroz e cruel, tem como vítima uma pequena criança, o que significa que não houve qualquer possibilidade de autodefesa. Conforme Clóvis Moura (2004), a prática de marcar a ferro era empregada pelos escravagistas como sinal de propriedade ou mesmo de castigo imputado a pessoas escravizadas que manifestaram resistência. (Relatório, 2025, p. 36).

Em meio aos horrores da violência e da desumanização praticada contra seus filhos, os Povos da Resistência entoam seus cantos e voltam-se para a sua densa espiritualidade, que os alimenta na cansativa e desigual luta pela sobrevivência. “É nos cânticos tradicionais que ecoam atravessando os lares dos séculos que a identidade cultural dos Guarani encontra sua âncora”, testemunha Kaká Werá. “São os cânticos que aproximam o povo Guarani da essência musical que verdadeiramente somos, uma nota vibratória de Tupã – o Criador” (Werá, 2024, p. 41).

Na rica cosmovisão Guarani, “a filosofia e a identidade caminham juntas, unidas por uma visão de mundo que possui raízes profundas” (Werá, 2024, p. 41). Assim, “nomear é um ato que nos coloca em uma condição de grande responsabilidade”. “Trata-se

do reconhecimento de que, se cada palavra é um espírito, então cada nome pronunciado ecoa com uma reverberação, trazendo consigo uma vida sagrada”. Por isso, “falar pode ferir ou curar alguém” (Werá, 2024, p. 49). Vale aprofundar a força da palavra para os Mbya Guarani:

Esse momento de nomeação das almas é algo que representa o coração da sabedoria ancestral guarani, pois é quando se consagra a presença da essência humana na Terra. Para o meu povo, cada ser humano é vivificado por um nheng (alma-palavra), um termo que significa, como já foi mencionado, que somos uma espécie de entidade vibratória, uma emanção de luz entoada por Tupã, o Mistério Criador, que carinhosamente a comunidade chama de Nhanderu, que significa ‘Nosso Pai’. Segundo Tijary Warejú e Pena Branca, para que a nossa existência se corporifique, somos soprados e vibrados pelo Espírito Criador. (Werá, 2024, p. 54-55).

De acordo com o art. 5º, VI da Constituição Federal, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Mesmo sendo o Brasil um Estado laico, que deve assegurar a liberdade religiosa de seus cidadãos como manda a Carta da República, os crimes de racismo religioso contra as comunidades indígenas são recorrentes.

E nem se pode falar em ausência de pessoas religiosas no Judiciário ou nas Polícias, responsáveis pela garantia da segurança pública no país. Impossível deixar de mencionar a existência de um ministro “terrivelmente evangélico” na Suprema Corte, bem como de inúmeros juízes ligados ao grupo ultraconservador católico *Opus Dei* nos tribunais estaduais, além de batalhões inteiros das Polícias Militares que fazem cultos regulares em igrejas neopentecostais.

Apesar disso, a insensibilidade com a liberdade de culto dos povos originários é desconcertante e bastante reveladora.

A tradição eurocêntrica continua imperando na interpretação do Direito pátrio, com um viés fortemente racista. Rejeita-se a “pluralidade de modos de ser, pensar, sentir, saber, criar e existir nas fissuras da matriz colonial de poder, no sentido de outros mundos que sempre estiveram aí e que foram historicamente marginalizados e suprimidos pelo eurocentrismo e sua reivindicação de superioridade” (Bragato, 2023, p. 157). Nesse sentido denuncia o Relatório de Violência:

Entre os anos de 2020 a 2023 foram 15 ataques a grandes Casas de Reza, que sucumbiram às chamas. Os incêndios ocorreram de forma sistemática e criminosa em pelo menos dez territórios Guaraní e Kaiowá. No ano de 2024, mais uma dessas Casas de Reza (Oga Pissy) foi incendiada no Tekoha Kunumi Poty Vera, em Caarapó, Mato Grosso do Sul. A casa, de dimensões amplas, havia sido construída para abrigar uma grande assembleia – Aty Guasu – e significou um ataque direto não somente ao patrimônio, como também às práticas espirituais que fortalecem o pertencimento e as relações dentro do território. (Relatório, 2025, p. 38).

Mas é preciso aproveitar o protagonismo ecológico do Brasil que sediará a importante Cúpula do Clima, em Belém, em novembro próximo, dizem alguns. A possibilidade de avanços que beneficiem os Povos Indígenas e a proteção dos ecossistemas é concreta, certo? Parece difícil acreditar nessas hipóteses que soam cada vez mais distantes, quando o país trabalha para demolir o licenciamento ambiental – afinal, os vetos do presidente Lula ao PL da Devastação foram insuficientes e o retrocesso é mais do que evidente –, além de defender a injustificável exploração de petróleo na Amazônia.

Os megaprojetos governamentais no coração da floresta amazônica não foram abandonados, como se depreende com a insistência nas obras da BR-319 (Manaus-Porto Velho) e nas hidrovias da região do Rio Tapajós – lar de dezenas de comunidades indígenas que nunca foram consultadas. As Ministras do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas só são chamadas quando o governo quer “ficar bem na foto”, mas raramente são ouvidas na tomada de decisões estratégicas.

O risco de instrumentalização dos povos originários para dar um verniz de legitimidade aos acordos de cúpula parece se tornar incontornável. Como alerta Fernanda Bragato (2023, p. 158), “o mero reconhecimento da diversidade não está imune sequer a novas formas de invisibilização ou encobrimento das identidades marginalizadas, especialmente quando o mercado encarrega-se de explorá-las como forma de diluí-las na figura homogeneizante do ‘homem consumidor’, tão compatível e necessária aos seus propósitos de expansão”.

Quer dizer, “o mercado promove, por isso, uma aparente valorização das diferenças contidas no ‘pacote de inferioridade’, aceitando as identidades depreciadas até o limite em que os sujeitos sejam capazes ou dispostos a se conformar” (Bragato, 2023, p. 158) ao sistema devorador da Natureza. Acaso não é exatamente assim que manobra habilmente o capitalismo verde, que espraia seus tentáculos sedutores com seus mecanismos tortuosos e falsas soluções?

Enquanto oferecem algumas migalhas em troca de “créditos de carbono” para continuarem destruindo em outros lugares,

os senhores do capital fóssil permanecerão contrários à demarcação dos territórios indígenas e ávidos a lhes sugarem os recursos minerais que jazem em seus subsolos. Já os Povos Indígenas seguirão tendo que lutar – praticamente sozinhos e com pouquíssimos aliados – contra o Marco Temporal-Lei 14.701/2023, a mineração e a extração de petróleo em Terras Indígenas. Ou seja, trata-se dos mesmos atores que se nas reuniões internacionais correm para entabular acordos que tranquilizem a opinião pública, internamente perseguem as comunidades originárias.

Como negociar com os algozes que apoiam as legislações anti-indígenas no Congresso? Ou por acaso as empresas e os lobistas representantes do capital que estarão na COP já se pronunciaram alguma vez favoravelmente aos direitos indígenas e exerceram pressão nesse sentido? Fotos e atos simbólicos, por mais memoráveis que forem, não serão suficientes se não fizerem cessar a violência contra os corpos indígenas nas centenas de comunidades espalhadas pelo país. O primeiro e inalienável direito a ser efetivamente garantido é o da autodeterminação. O segundo, sem o qual o primeiro não se sustenta, refere-se ao reconhecimento e proteção dos territórios tradicionais.

Sem suas terras ancestrais e o direito de decidirem livremente seu modo de vida, os recursos eventualmente destinados por corporações e governos internacionais se esvairão com pouca efetividade concreta. Encantar-se com promessas de reparações e financiamentos volumosos pode ser uma retumbante e futura decepção para os Povos Indígenas. Talvez só causem divisão e impactos negativos sobre essas comunidades fragilizadas.

Dinheiro se gasta com enorme facilidade, mas o que ficará se não o território tradicional, a espiritualidade e a cultura? Os créditos fictícios poderão ser cortados pelos senhores do capital, mas jamais a cosmovisão ancestral. E para que essa seja preservada, a terra e a autodeterminação precisam estar asseguradas. Se o governo brasileiro é incapaz de fazer cumprir a Constituição, que pelo menos não alimente ilusões alienantes de um capitalismo hipócrita e desvairado. Oxalá o grito de Sepé Tiaraju seja capaz de interromper os devaneios dos escravizadores da Natureza, que continuam se julgando mais espertos que os filhos destas terras: “alto lá, esta terra tem dono”!

Referências

BRAGA, Ana Luiza. *Um altar que se coma: ensaios da agrofloresta*. São Paulo: N-1 edições, 2024.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. *Dignidade humana pluriversal: uma leitura descolonial na Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

POPYGUÁ, Timóteo Verá Tupã. *A folha divina*. São Paulo: Hedra, 2024.

Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil-Dados 2024. 22ª ed. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2025.

WERÁ, Kaká. *Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem-viver*. Rio de Janeiro, BestSeller, 2024.

PALAVRA CRÍTICA E PROFÉTICA: OLHARES SOBRE A CASA COMUM

Francisco Aquino Júnior⁷

Esta seção, denominada “Palavra crítica e profética: olhares sobre a Casa Comum”, destina-se a textos publicados pelo autor, em que ele aborda temáticas no tocante à *Laudato Si'*, publicados em diversos sites.

FRATERNIDADE E ECOLOGIA INTEGRAL⁸

Todos os anos, a Igreja do Brasil promove durante a quaresma uma Campanha da Fraternidade – CF. Assim como somos chamados a uma conversão pessoal (conversão do coração), também somos chamados a uma conversão social (transformação da sociedade). A CF chama atenção para a *dimensão social do pecado* que se concretiza na ruptura da fraternidade, nas injustiças sociais e na destruição de nossa casa comum. E a consciência do *pecado social* convida a uma *conversão social* que se concretiza em relações de fraternidade e cuidado entre as pessoas, na defesa da dignidade e dos direitos dos pobres e marginalizados e no cuidado da casa comum.

69

7 Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE; professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

8 Texto publicado em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/648758-fraternidade-e-ecologia-integral-artigo-de-francisco-de-aquino-junior> | 21 de fevereiro de 2025

Esse ano, a CF tem como tema “Fraternidade e Ecologia Integral” e como lema “Deus viu que tudo era muito bom” (Gn 1,31). É um convite a refletir sobre os sintomas e as causas da crise socioambiental (ver/ouvir), a contemplar a obra criadora de Deus e meditar sobre a missão confiada ao ser humano (iluminar/discernir) e a buscar alternativas de superação da crise socioambiental e cuidado da casa comum (agir/propor).

Não é preciso fazer muito esforço para reconhecer que vivemos uma profunda crise socioambiental com consequências trágicas para grande parte da humanidade. Os *sintomas* estão aí bem perto de nós: secas, enchentes, tempestades, desmoronamentos, furacões, calor, queimadas, agrotóxicos, doenças, pandemias etc. Ainda está muito viva em nossa memória e em nossa carne a pandemia da covid-19 e a tragédia no Rio Grande do Sul em 2024. Mas não basta reconhecer os sintomas. É preciso se perguntar pelas *causas* da crise. E em grande medida ela é fruto da ação humana. Isso faz da crise ecológica uma crise socioambiental. O Papa Francisco tem insistido muito na “raiz humana da crise ecológica”. O planeta não suporta nem acompanha o ritmo de exploração da natureza e o consumismo desenfreado das elites. Como bem destaca o Texto-Base da CF, “o modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na exploração dos patrimônios naturais, na queima de combustíveis fósseis, como os derivados de petróleo, na expansão desenfreada do consumo e na relação mercantilista com a natureza, tem contribuído para uma série de problemas ambientais, como a degradação do solo, o desmatamento, o extrativismo predatório, a poluição, a

escassez de água, o comprometimento da biodiversidade com a extinção de algumas espécies e as mudanças climáticas”.

A fé cristã nos faz ver ainda mais longe. A ruptura da fraternidade, as injustiças e desigualdades sociais e a destruição da natureza são, em última instância, um atentado contra obra criadora de Deus e seu desígnio para a humanidade. Está em jogo a criação de Deus e a missão que ele confiou ao ser humano de cuidar da criação. Como recorda Francisco, “dizer ‘criação’ é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto do amor de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado” (LS 76). Os *relatos da criação* apresentam todos os seres como obra de Deus e em harmonia uns com os outros e apresentam o ser humano como parte da criação e com a missão de “cultivar e guardar” o jardim da criação. E a expressão *ecologia integral* chama atenção tanto para o valor de cada ser e a relação entre eles, como para o “valor peculiar” do ser humano que implica uma “tremenda responsabilidade” com a casa comum. Não se pode reduzir os bens da criação a meros “recursos” a serem explorados pela ganância humana. Nem se pode pensar o ser humano separado da criação nem como senhor absoluto da criação. A ruptura da fraternidade dos seres humanos entre si com a natureza é um atentado contra a criação de Deus. Nas palavras do Patriarca Bartolomeu: “um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus” (LS 8).

E a consciência do pecado socioambiental (destruição da criação) é um chamado à conversão ecológica (cuidado da criação). Ela nos leva a assumir a missão que Deus nos confiou de “cultivar e guardar” o jardim da criação (Gn 2,15). Isso implica *mudança*

de mentalidade: a natureza não é mero “recurso” a ser apropriado; o ser humano é parte da natureza; a destruição da natureza é destruição do próprio ser humano e pecado contra Deus; muitos projetos de desenvolvimento produzem mais males do que bens para sociedade etc. Mas implica também *atitude pessoal e social*: 1) superar o consumismo, não desperdiçar água, cuidar dos resíduos etc.; 2) apoiar a agricultura familiar camponesa e suas lutas contra agrotóxicos, desmatamento e destruição da biodiversidade; 3) tomar posição contra projetos políticos que destroem a casa comum como pulverização aérea, mineração, destruição das leis de proteção ambiental para favorecer os interesses do capital etc.; 4) Defender e apoiar comunidades e movimentos que lutam pela preservação ambiental e por justiça social; 5) escutar e se deixar co-mover pelo “grito dos pobres e da terra”, através do qual Deus nos chama à conversão social e política.

“MEU QUINTAL EM SUA CESTA”: COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA⁹

O Estado brasileiro sempre esteve a serviço das elites. Para o povo, quando muito, sobra “bolsa” ou “auxílio”. E até isso incomoda nossa elite que sempre atribui as crises econômicas aos direitos trabalhistas e às políticas sociais: endivida o país, impede o crescimento... E sempre retorna com a mesma receita: acabar com os direitos trabalhistas, reformar a previdência, diminuir os gastos sociais... E as consequências são sempre as mesmas: precarização do trabalho, crescimento da pobreza e da miséria... Estamos vivendo mais um capítulo trágico dessa novela. Com o desmonte dos direitos trabalhistas e das minguadas políticas sociais, cresce assustadoramente os índices de pobreza e miséria no país. Dados oficiais do governo federal indicam que mais de 23% da população brasileira (cerca de 52 milhões de pessoas) vive em situação de pobreza ou de extrema pobreza. No Nordeste, mais de 40% da população vive nessa situação.

73

Mas é importante ver como o povo resiste criativamente, construindo alternativas de sobrevivência no campo e na cidade. Alternativas que, além de possibilitar seu sustento (“pão nosso de cada dia”), resgatam o verdadeiro sentido da economia (satisfação das necessidades materiais) e indicam caminhos de transformação da sociedade (economia a serviço da vida). São alternativas vividas de forma individual, familiar, comunitária, associativa. Elas existem

9 Texto publicado em: <https://portaldascebs.org.br/meu-quintal-em-sua-cesta/> | 14 de janeiro de 2022

em todos os cantos desse país. Basta pensar na agricultura familiar camponesa, no trabalho de catadores/as de material reciclável e nas mais diversas formas de produção, comércio e serviço nos centros urbanos.

Exemplo disso é o projeto “Meu quintal em sua cesta”, uma experiência de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), desenvolvido por famílias camponesas da Chapada do Apodi, no município de Tabuleiro do Norte – CE (às quais se juntaram famílias de outros territórios). Trata-se de uma experiência de comercialização direta de produção agroecológica entre agricultores/as (produtores-abastecedores) e co- agricultores/as (consumidores-sustentadores).

Desde 2016, a Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte vem atuando junto a famílias camponesas nessa região em torno da problemática terra-água-produção. Foram implantadas 35 unidades de *Sistema Bioágua Familiar* (tecnologia de reuso de água: trata as águas cinzas e potencializa a produção de alimentos) em quintais com cerca de 300 metros quadrados. As famílias começaram a organizar feiras agroecológicas no território e a monitorar a produção. Em 2020, elas produziram em torno de 6,5 mil kg de alimentos, quase 6 mil kg de forragem e quase 500 kg de húmus de minhoca.

Com o início da pandemia, impossibilitando a realização das feiras agroecológicas, mas animadas com os resultados da experiência, as famílias deram mais um passo na organização e começaram o Projeto “Meu quintal em sua cesta” – Comunidade que Sustenta a Agricultura. Elas reúnem a produção (cada uma leva o que tem para comercializar), organizam cestas e vendem coletiva-

mente aos co-agricultores (que não apenas compram/consomem produtos agroecológicos, mas colaboram com a agricultura familiar camponesa). O projeto começou no dia 19 de março de 2021 – dia de São José. Envolve 13 famílias de agricultores/as e 30 co-agricultores/as. Entre março e dezembro de 2021, comercializou 76 produtos, que varia de hortaliças e legumes (2.317,80 kg), a frutas (2.063,25 kg), alimentos processados (2.040 unidades), carnes (1.085,52 kg) e adubos orgânicos (339 kg), gerando uma receita de mais de 33 mil reais.

As dificuldades vão do acesso à terra e à água (até para o consumo!), embora a Chapada tenha as melhores terras e esteja em cima dos Aquíferos Jandaíra e Açu, à ausência de políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. E a chegada de uma grande empresa do agronegócio, viabilizada por um programa do governo do Estado do Ceará para retomada da cotonicultura (produção de algodão), ameaça seriamente o território. Ela já adquiriu mais de 24 mil hectares, têm perfurado poços, utilizado veneno e desmatado grandes áreas, até com o uso do correntão, prática ilegal conforme o código florestal.

Mas as famílias estão animadas. Além do impacto positivo na renda familiar, o projeto tem mobilizado as comunidades na luta por água e na defesa de seu território e tem desenvolvido, em pequena escala, um modelo de economia agroecológica que promove o sustento das famílias e o potencial econômico da região, fortalece os vínculos familiares e comunitários, produz alimentos saudáveis,

respeita e conserva o meio ambiente. E isso num município em que 38% de sua população vive em situação de pobreza e/ou extrema pobreza.

Viva a agricultura familiar camponesa!



A ESPERANÇA QUE VEM DAS RUAS E DOS LIXÕES¹⁰

A vida humana é movida pela esperança. Ninguém vive sem esperança. Pode até ser uma esperança ferida, machucada, destrocada pelas injustiças e pelos sofrimentos, mas nunca completamente vencida... Sempre resta uma gota ou faísca de esperança que rega os desertos da vida e aquece os corações... Sem esperança a vida humana seria impossível. A esperança é a força que levanta e mobiliza as pessoas para buscar e construir possibilidades de reprodução material da vida, de relações saudáveis, de conquista e garantia de direitos, de sentido para a vida, de gosto e alegria de viver.

É fácil falar de esperança quando tudo parece dar certo, onde há muitas conquistas e sucessos. Mas quando tudo ou quase tudo parece dar errado, quando falta até o “pão de cada dia”, quando se não vê perspectivas de melhoria e quando a vida parece não ter mais sentido? Mesmo nessas situações limites de injustiça, sofrimento e quase des-espero, há esperança que mobiliza, recicla e recria a vida: “Esperança do verbo esperar”!

Basta ver as pessoas que vivem nas ruas e nos lixões de nossas cidades. Uma multidão de pessoas (invisibilizadas!) em situação limite de bens materiais, que sofre todo tipo de violência e exclusão e que quase não vê perspectivas de mudança. Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais falam de mais de 335 mil pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Brasil tem mais de 800 mil cata-

¹⁰ Texto publicado em: <https://portaldascebs.org.br/a-esperanca-que-vem-das-ruas-e-dos-lixoes/> | 28 de junho de 2025

dores/as de material reciclável. Mas nas ruas e nos lixões há muita vida, muita criatividade e muita esperança. Não é a esperança fácil do “vai dar tudo certo”. É uma esperança regada e provada na luta cotidiana pela sobrevivência, na solidariedade de vida ou morte, nas alternativas de trabalho e moradia, nas relações entre “tapas e beijos”, nas organizações de base e nas lutas por direitos, na confiança em Deus e na alegria que faz rir e dançar sobre a dor...

É impressionante a força e a criatividade para conquistar o “pão de cada dia” nas ruas e nos lixões. Faz-se de tudo para se manter vivo... Há uma *economia vital* que se desenvolve numa variedade de atividades: mendicância, solidariedade de grupos religiosos e sociais, biscate (fazer um bico), catação de material reciclável, políticas públicas para a população em situação de rua e catadores/as de material reciclável. Além garantir o mínimo para a sobrevivência dessa população, tem um impacto significativo na economia local: seja no mercado de trabalho em sua forma mais precarizada e explorada, seja no volume de recursos que injeta no comércio local, seja no mercado de reciclagem, onde é responsável por 90% de todo material coletado no Brasil.

Embora a situação limite de sobrevivência leve muitas vezes a um “salve-se quem puder” ou “cada um por si” e seja marcada por conflitos, disputas e violências, há uma *solidariedade de vida ou morte* nas ruas e nos lixões. Ela se concretiza na partilha de alimentos, cigarro e cachaça, no cuidado de pessoas enfermas, nas amizades, nos namoros e casamentos, nos grupos de trabalho e de rua, nas conversas, nos risos, choros e festas... Tudo isso ajuda satisfazer as necessidades materiais, romper a solidão, criar vínculos, enfren-

tar as dificuldades, suportar o peso da vida, sentir gosto e alegria na vida. Não se deve idealizar ou romantizar essas coisas como se fosse tudo “mil maravilhas”, mas tampouco se deve banalizar sua importância vital nas ruas e nos lixões.

Quando as pessoas que vivem nas ruas e nos lixões se articulam em comunidades e associações e se organizam como *movimento da população de rua e de catadores/as de material reciclável* constituem-se como sujeitos políticos na luta por seus direitos. Além de fortalecer a solidariedade cotidiana e potencializar sua atividade econômica, constitui-se como força política que reivindica respostas políticas para os problemas da população em situação de rua e dos catadores de material reciclável. Graças a essas organizações, há muitas conquistas de moradia, reconhecimento da profissão, políticas públicas para catadores, inclusão na coleta seletiva etc. Mas há muitas reivindicações: equipamentos públicos, pagamento pelo serviço, não privatização dos resíduos, aposentadoria etc.

Um aspecto fundamental nas ruas e nos lixões é a *relação profunda e intensa com Deus*. Não só porque aí se fala muito de Deus e porque grande parte do povo que vive nas ruas e nos lixões se reconhece como pessoas crentes vinculadas a alguma Igreja ou religião, mas, sobretudo, porque na luta cotidiana para viver e ajudar os outros a viverem se responde ao chamado de Deus ou à vocação fundamental de todo ser humano que é viver e dar vida. Nessa luta cotidiana pela vida há como que uma “santidade primordial”. Não é a santidade das “virtudes heroicas”, das coisas extraordinárias ou dos altares, mas a santidade de uma vida verdadeiramente heroica, cujo milagre maior é viver e dar vida em situações extremas de pobreza, violência e exclusão.

Tudo isso é expressão da vitalidade que há nas ruas e nos lixões e da esperança ativa e criativa que mobiliza o povo na luta cotidiana pela vida. Mas, em última instância, é obra do Espírito de Deus que “atua a partir de baixo” e, nessa luta pela sobrevivência, vai como que reciclando e recriando a vida nas ruas e nos lixões, gerando vida e esperança onde parece só haver morte e desespero. É o Espírito Santo de Deus que sustenta e mobiliza a Esperança dos pobres – “Esperança contra toda esperança”...



O GRITO QUE VEM DO RIO GRANDE DO SUL...¹¹

Em 2015, o Papa Francisco publicou a Encíclica *Laudato Si'* (Louvado seja): “sobre o cuidado da casa comum”. Chamava atenção para os efeitos e as causas da crise ambiental. Falava da urgência de “tomar dolorosa consciência” dessa situação, ouvindo os gritos/clamores/gemidos da terra e dos pobres. E fazia um apelo a “proteger nossa casa comum”, indicando algumas linhas de ação e insistindo na necessidade de uma educação e espiritualidade ecológicas. Em 2023, oito anos depois, publicou a Exortação Apostólica *Laudate Deum* (Louvai a Deus), insistindo na necessidade e urgência de levarmos a sério a crise climática: “O impacto da mudança climática prejudicará cada vez mais a vida de muitas pessoas e famílias. Sentiremos os seus efeitos em termos de saúde, emprego, acesso aos recursos, habitação, migrações forçadas” etc.

81

A catástrofe no Rio Grande do Sul é um apelo dramático a levarmos a sério a crise ambiental: centenas de feridos, mortos e desaparecidos; milhares de pessoas fora de casa; bairros, cidades e infraestruturas destruídos; plantações e produções devastadas; sofrimento psíquico e emocional de quem de uma hora para outra vê destruído o fruto de anos ou décadas de trabalho... E não se trata de *castigo de Deus*, como bradam os profetas da desgraça, blasfemando contra Deus e traficando com o sofrimento das pessoas. Tampouco se trata de *vingança da natureza*, como se ela agisse mo-

11 Texto publicado em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639548-o-grito-que-vem-do-rio-grande-do-sul-artigo-de-francisco-de-aquino-junior> | 20 de maio de 2024

vida por ódio, eliminando seus inimigos. Ódio, vingança, maldade só existe nos animais humanos. Mas o impacto da ação humana, particularmente dos donos do capital, na natureza, destruindo a biodiversidade e provocando mudanças climáticas, tem *consequências socioambientais* graves e mesmo mortais, como demonstram as catástrofes socioambientais.

O Projeto “Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do Clima”, encomendo pelo governo federal em 2014 e que custou 3,5 milhões, alertava para consequências dramáticas da crise ambiental no Brasil: elevação do nível do mar, mortes por onda de calor, falta de água no Sudeste, piora das secas no Nordeste e aumento das chuvas no Sul. Infelizmente, o projeto foi engavetado. Falou mais alto os interesses do capital... Ao invés de proteger a natureza e amenizar os impactos das catástrofes socioambientais, os governos federal, estaduais e municipais têm alterado a legislação ambiental para favorecer os donos do capital, como aconteceu com o Novo Código Florestal Brasileiro (2012) e com alterações da legislação ambiental no Rio Grande do Sul (2019). Tudo em nome do progresso, do desenvolvimento, da modernização...

O sofrimento do povo gaúcho deve nos levar a tomar “dolorosa consciência” das consequências e do preço desse “desenvolvimento” que sacrifica a natureza e a sociedade no altar do capital. Tomar “dolorosa consciência” é se deixar afetar pelo sofrimento do outro e ser (com)movido a agir em seu favor. Não basta ser afetado e se emocionar. É preciso agir, a) socorrendo as pessoas em suas necessidades mais imediatas (comida, água, roupa, abrigo, medicamento, material de higiene pessoal, consolo etc.), b) reconstruindo

infraestruturas coletivas (moradias, pontes, hospitais, escolas etc.), c) revitalizando a economia (plantação, criação, comércio local, empreendimentos produtivos etc.), d) revigorando a esperança e a criatividade (consolo, autoestima, acompanhamento psicológico, vivência religiosa etc.), e) mobilizando a sociedade para uma legislação socioambiental que proteja o meio ambiente da ganância do capital, que implemente e mantenha infraestruturas de defesa e proteção da população.

Como bem advertiu a Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB, “são louváveis e indispensáveis todas as manifestações de solidariedade ao povo do Sul; no entanto, elas não podem ser apenas uma ‘onda caridosa’ momentânea! A ciência e a sabedoria dos povos nos dizem que estes fenômenos vão se repetir, cada vez mais, com maior intensidade, à medida que a temperatura global subir, se não atuarmos decididamente nas causas dos problemas socioambientais”.

83

Certamente, o mais urgente nesse momento é socorrer as pessoas em suas necessidades mais imediatas. Isso é tarefa dos governos e do conjunto da sociedade. Além disso, é preciso muito investimento público na reconstrução social e econômica do Estado. Mas é fundamental a *consciência* do preço humano e ambiental do “desenvolvimento” propagado pela grande mídia e promovido pelo Estado, a *mobilização* da sociedade por uma legislação socioambiental que proteja a natureza e a sociedade da fome insaciável de lucro do agronegócio e da especulação imobiliária e a *construção* de uma civilização regida pela lógica da fraternidade e não pela lógica do capital.

A vida vale mais que dinheiro! Não tem “desenvolvimento” que pague uma vida...

FESTA DA COLHEITA: SEMEAR, COLHER, COMPARTILHAR¹²

Junho é tempo de festa no Nordeste: Santo Antônio, São João, São Pedro, quadrilha, fogueira, milho, forró... E muitas comunidades camponeses celebram nesse período a *Festa da Colheita*. Aqui na Região do Vale do Jaguaribe, sertão do Ceará, tivemos três festas da colheita com comunidades acompanhadas pela Cáritas Diocesana: 19 de junho na comunidade de Baixinha (Potiretama); 26 de junho no assentamento Pedra Branca (Ibicuitinga); 29 de junho na comunidade Baixa do Juazeiro (Tabuleiro).

A Festa da Colheita é, antes de tudo, *ação de graças pelos frutos da terra e do trabalho de homens e mulheres* que, com resistência, criatividade e muito suor, tiram da terra o “pão de cada dia”. Mesmo vivendo numa região semiárida e de agronegócio – onde a terra e a água estão cercadas; onde o veneno contamina as pessoas, o solo, a água, o ar, as abelhas, a produção; onde as políticas públicas têm dois pesos e duas medidas (bolsa para os camponeses e política hídrica-ambiental-econômica para o agronegócio) – muitas famílias plantam e colhem uma variedade enorme de produtos: feijão, milho, batata, macaxeira, melancia, jerimum, frutas, verduras etc.

Embora a colheita seja sempre motivo de alegria (mesa farta, renda familiar, alimentos novos e saudáveis etc.), a Festa da Colheita é *promovida por organizações camponesas* que lutam por terra e água, que defendem seus territórios, que desenvolvem tec-

¹² Texto publicado em: <https://portal.unicap.br/-/festa-da-colheita-semeiar-colher-compartilhar> | 07 de agosto de 2024

nologias e práticas alternativas de produção e comercialização. Em Potiretama, foi organizada pela Rede de Intercâmbio de Sementes. Em Ibicuitinga, pelas associações comunitárias. Em Tabuleiro, pelo coletivo Comunidades que Sustentam a Agricultura Familiar e por associações comunitárias. Sempre com o apoio de instituições parceiras na região: Cáritas Diocesana, Escola Família Agrícola Zé Maria do Tomé, Sindicato de Trabalhadores/as Rurais, Fórum pela Vida no Semiárido, paróquia.

Isso faz da Festa da Colheita *celebração e fortalecimento da agricultura familiar e das organizações e lutas camponesas na região*: tecnologias alternativas de produção, casas de sementes e rede de intercâmbio de sementes, coletivo produtivo “comunidades que sustentam a agricultura”, grupos de economia popular solidária, feiras populares, lutas em defesa do território (denúncias na imprensa e nos órgãos públicos, mobilização de rua, audiência pública, mesas de negociação etc.). A Festa da Colheita dá visibilidade aos processos e lutas camponesas no território. É bonito escutar os relatos e testemunhos de lideranças locais; ver as fotos e imagens da produção e comercialização, dos encontros, das mobilizações; testemunhar o protagonismo de novas lideranças.

Nunca é demais destacar o *aspecto comunitário* da Festa da Colheita. É uma festa das comunidades e é uma festa comunitária. Tanto em sua preparação, quanto em sua realização. A preparação fica por conta das organizações e lideranças camponesas: dia, local, espaço, programação, mobilização. Já a realização envolve muitas famílias na preparação e partilha dos alimentos e reúne muita gente da comunidade local e da região. No centro da festa está a grande

mesa da partilha. Cada família leva algum alimento. É muita fartura! E o ambiente descontraído e alegre de conversas, risos, música, dança, comida e animação das crianças fortalece ainda mais os laços comunitários.

Por fim, essa festa tem uma *dimensão espiritual e eclesial* muito importante: ação de graças a Deus pelos frutos da colheita, fortalecimento dos vínculos fraternos e das lutas por direito. Tudo isso é fruto do trabalho e da luta cotidiana de homens e mulheres. Mas é também dons de Deus e obra de Deus em nós e através de nós. A Festa da Colheita tem sempre um momento de oração. Em Potiretama foi a benção dos alimentos. Em Ibicuitinga foi uma celebração eucarística. E em Tabuleiro foi uma bonita celebração ao redor da grande mesa da partilha. A oração do Pai Nosso e a benção e partilha dos alimentos expressam bem a ação de graças a Deus, a dimensão fraterna e comunitária da fé e a missão de construir um mundo mais justo e solidário.

Na Festa da Colheita, celebramos e compartilhamos muitos frutos: alimentos, saberes, vida comunitária, consciência, organização, lutas e conquistas, lideranças, fé, esperança... Tudo isso fortalece a resistência e as lutas camponesas. Anima a continuar semeando, colhendo e compartilhando...

CHAPADA DO APODI: SOS ABELHAS E APICULTORES¹³

A expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, divisa do Ceará com o Rio Grande no Norte, vem tirando o sossego e ameaçando a vida de comunidades camponesas que vivem na região há muitas décadas. A chegada de grandes empresas, a desapropriação e o comércio de terras, a construção de infraestruturas, a monocultura com uso intensivo de agrotóxico e o trabalho assalariado transformaram profundamente a região.

A mídia e os governos (de direita e de “esquerda”) falam do agronegócio como desenvolvimento, progresso e melhoria de vida da população. Diariamente escutamos que o “agro é pop”. Mas a realidade é bem diferente: promove concentração de terra, água e investimento público; transforma camponeses em mão de obra barata; ameaça a agricultura familiar; destrói a biodiversidade (flora, fauna, modos de vida); contamina a terra, a água, o ar e provoca muitos problemas de saúde (a região se destaca pelos elevados índices de câncer). Sem falar que não tem grandes impactos nos indicadores sociais da região: 39% da população do Vale do Jaguaribe, interior do Ceará, vive em situação de pobreza ou extrema pobreza. O caso de Limoeiro do Norte é ainda mais emblemático. Com o segundo maior PIB agropecuário do Ceará, cerca de 35% de sua população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza. Tudo isso mostra, na verdade, que *o agro é tóxico*: produz concentração, exploração, doença, destruição da natureza e ameaça a vida

¹³ Texto publicado em: <https://portaldascebs.org.br/chapada-do-apodi-sos-abelhas-e-apicultores/> | 21 de maio de 2022

de comunidades inteiras que têm nessa região seu espaço de vida e trabalho.

Tudo isso tem provocado muitos conflitos na região: trabalhadores que lutam por aumento salarial e melhores condições de trabalho; camponeses que lutam por terra e água; comunidades que denunciam o uso intensivo de agrotóxicos (contaminação da água, problemas de saúde). O assassinato de Zé Maria do Tomé, em 2010, com 25 tiros, deu visibilidade e projeção a essa situação. E acabou fortalecendo a articulação de comunidades, Igreja, movimentos sociais, universidades e diversas forças sociais na denúncia dos males provocados pelo agronegócio e na defesa dos direitos das comunidades e seus territórios. Frutos desse processo são o Acampamento Zé Maria do Tomé no Perímetro Jaguaribe Apodi, a Lei Estadual Zé Maria do Tomé que proíbe a pulverização aérea no Ceará e o fortalecimento da produção agroecológica com tecnologias sociais e processos de comercialização.

A expansão recente com o cultivo de algodão e soja vem agravando a situação e ameaçando a vida de várias comunidades da região. Uma única empresa já se apropriou de mais de 25 mil hectares de terra e está em acelerado processo de expansão. Dentre os impactos identificados e denunciados pelas comunidades estão a especulação fundiária, o cercamento de comunidades, o fechamento de estradas, o desmatamento assustador - até com uso de correntão (proibido pelo Código Florestal!), a destruição da flora e da fauna, o uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas, barulho constante de máquinas, poeira, redução da produção de mel e até mortandade de abelhas.

O caso das abelhas é particularmente grave. Apicultores denunciam alteração no tamanho das abelhas e redução drástica da quantidade de colmeias nas proximidades da empresa. Alguns tiveram que deslocar as colmeias para outras regiões da Chapada e até para outros municípios. Tem havido mortandade de abelhas. Na comunidade Carbomil houve mortandade total de 52 colmeias. O impacto financeiro é enorme. O apicultor perdeu não apenas a produção (estimada em 5 mil reais), mas todo meliponário que garantia uma renda média entre 3,5 e 4 mil reais por ano. A mortandade aconteceu no mesmo período de pulverização da área para produção de algodão.

As abelhas desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade, pois são responsáveis pela polinização de muitas plantas. E a apicultura, além do valor nutritivo, tem um papel fundamental na renda de muitas famílias e na economia da região. Sua ameaça com a destruição da vegetação nativa e, sobretudo, com a mortandade de abelhas pelo uso intensivo de agrotóxicos, causa grande desequilíbrio ambiental e enorme prejuízo aos apicultores e à economia da região. É um crime que clama ao céu e exige de nós indignação, protesto e apoio aos apicultores e suas comunidades na defesa das abelhas, da apicultura e de seus territórios.

SOS abelhas e apicultores da Chapada do Apodi. Ajude a ecoar esse grito...

DEUS É CATADOR/A¹⁴

Catadores/as de material reciclável dos municípios de Aracati, Itaiçaba, Russas, Morada Nova, Limoeiro e Quixeré, interior do Ceará, realizaram no dia 01 de junho, na cidade de Quixeré, a 10ª Macha de Catadores/as do Vale do Jaguaribe. O objetivo era dar visibilidade à categoria, denunciar as condições desumanas e a exploração de seu trabalho, exigir respeito e reivindicar direitos trabalhistas e socioambientais.

A marcha começou na Central de Reciclagem de Quixeré. As caravanas foram chegando com muita animação, vestindo a camisa de sua associação e trazendo faixas, cartazes e bandeiras. Ao som de hinos do movimento de catadores/as: encontros, abraços, sorrisos, cabeça erguida, conversa, café comunitário... Antônia, presidente da Associação de Catadores de Quixeré, acolheu as caravanas que vieram de outros municípios. Falou da importância da marcha e da alegria pela sua realização em Quixeré. Fizemos um momento de oração, recordando que Deus é Catador: cata pessoas nas ruas e nos lixões e recicla vidas, sonhos e forças para a organização e a luta por direitos e dignidade. Diana, da Assembleia de Deus de Itaiçaba, fez uma oração pelos catadores, suas organizações e suas lutas. E Pe. Ivanildo, pároco de Quixeré, invocou a benção de Deus sobre todos os participantes da marcha.

E saímos pelas ruas da cidade cantando, gritando palavras de ordem, denunciando a exploração dos catadores, conversando

14 Texto publicado em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/640620-deus-e-catador-a-artigo-de-francisco-de-aquino-junior> | 24 de junho de 2024

com a população sobre a importância da coleta seletiva e sobre o trabalho social e ambiental dos catadores, exigindo a não privatização dos resíduos sólidos, remuneração pelo trabalho não pago, fechamento dos lixões com inclusão socioeconômica dos catadores e aposentadoria especial para a categoria. Foi bonito e emocionante ver catadores/as tomarem o microfone e falarem de sua dignidade, de seus direitos: “Somos gente. Olhem para nós como uma pessoa comum. Exigimos respeito pelo catador” (Ozelina – Morada Nova).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Brasil tem mais de 800 mil catadores/as de material reciclável. De acordo com o Atlas Brasileiro da Reciclagem, 9 de cada 10 kgs de embalagens recicladas no Brasil chega à indústria por meio do trabalho dos catadores e 64% das unidades de triagem municipal são geridas por associações ou cooperativas de catadores. Dos catadores associados em cooperativas, apenas 24% concluíram o ensino fundamental e 2% concluíram o ensino superior; 56% da categoria é formada por mulheres; 79% se declara negra e parda; 64% têm acima de 40 anos e 15% têm acima de 60 anos. Esses dados revelam que se trata de uma categoria de trabalhadores/as pobres, em sua maioria formada por mulheres e pessoas pretas.

Aqui no Vale do Jaguaribe, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte acompanha a organização e a luta dos catadores em cinco municípios. São 518 catadores organizados em 5 associações. Eles tiram das ruas e dos lixões toneladas de material reciclável. Com isso, não apenas garantem o seu sustento, mas movimentam a economia de reciclagem, fazendo o trabalho pesado e mal remunerado. E ainda protegem o meio ambiente. Em 2023, só os catadores

inseridos no Programa Auxílio Catador, do Governo do Estado, recolheram 752 toneladas em Russas, 205 toneladas em Quixeré, 185 toneladas em Itaiçaba, 1000 toneladas em Limoeiro e 247 toneladas em Aracati.

Além de dar visibilidade à categoria, a marcha fortalece a organização e a luta dos catadores e catadoras na região: identidade de classe, autoestima, sujeito de direitos, consciência e organização política, força social, filhos e filhas de Deus.

A fé no Deus da vida, da fraternidade, da justiça e da paz, reúne catadores/as de diferentes Igrejas e religiões na luta por seus direitos. Se Deus é Pai/Mãe de todos, somos todos irmãos. Se o povo da bíblia falava de Deus como Pastor que cuida das ovelhas, nós também podemos falar de Deus como Catador/a que cata e recicla vida, sonhos, força e esperança. E tudo isso nos anima e nos sustenta na luta. Com Ele, seguimos catando vida, sonhos, força, esperança e reciclando nosso mundo com a força dos pequenos...



LUTAR POR REFORMA AGRÁRIA NÃO É CRIME¹⁵

No dia 17 de maio de 2023 a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) para investigar o MST. Articulada e controlada pela bancada ruralista e seus aliados, essa CPI é mais uma tentativa de criminalizar o MST e as lutas por reforma agrária e desviar a atenção da apuração dos atentados golpistas de 8 de janeiro.

A concentração da terra é uma das principais causas da desigualdade social e da fome do Brasil. Dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que, enquanto 1% dos imóveis do campo (acima de mil hectares) concentra 47,5% das terras agrícolas, 50% das propriedades (até 10 hectares) ocupam apenas 2,28% das terras. Nunca se fez reforma agrária no Brasil. E o pouco que se conseguiu é fruto de muita luta e até de muito sangue. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2013 e 2022 foram assassinadas 424 pessoas em conflitos no campo. Só em 2022, foram registrados 2.018 conflitos, envolvendo 909.450 pessoas e 47 assassinatos.

Essa situação mostra a importância e a necessidade de movimentos camponeses como o MST. Eles são fundamentais na luta por reforma agrária e na defesa das famílias camponesas e de seus territórios. E justifica a necessidade de ocupação de terras como meio ou forma de pressão social e política. Sem organização, sem luta, sem ocupação não haverá reforma agrária nem justiça social no campo. E isso não é crime, é direito. Não é caso de polícia nem

¹⁵ Texto publicado em: <https://cptnacional.org.br/2023/08/15/artigo-lutar-por-reforma-agraria-nao-e-crime/> | 15 de agosto de 2023

de CPI, mas de justiça social. Crime é negar a função social da propriedade. Crime é deixar 33 milhões de pessoas passando fome. Crime é destruir o meio ambiente. Crime é atentar contra as leis de proteção ambiental, abrindo a porteira para a boiada passar. Crime é invadir terras indígenas, quilombolas e camponesas. Crime é formar milícia no campo e assassinar trabalhadores/as. Crime é trabalho escravo. E quem faz isso não é o MST nem os movimentos sociais...

A *propriedade privada* é um direito legítimo e constitucional que deve ser garantido e protegido. Mas é *direito de todos* e não apenas de uma pequena elite que sempre usou o Estado para manter e ampliar seus privilégios. E *não é um direito absoluto*. A própria Constituição Federal, ao falar dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º), fala da “função social” da propriedade (inciso XXIII). Ela não pode estar acima dos direitos coletivos e atentar contra o bem comum da sociedade.

A Igreja católica, ao mesmo tempo em que afirma o *direito de propriedade*, insiste na *função social da propriedade*. Pio XI chama atenção para o caráter “individual e social” da propriedade (QA 45). Pio XII recorda que o direito de “propriedade” está subordinado ao direito mais fundamental e universal de “uso dos bens” (Radiomensagem 01/06/1941). João XXIII insiste na “função social” da propriedade (MM 18, 27, 116). Paulo VI é ainda mais claro: “a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto”; “o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum (PP 23); “o bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculos à

prosperidade coletiva, pelo fato de sua extensão, de sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país” (PP 24). *João Paulo II* refirma que “o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens” (LE 14). E *Francisco* recolhe e sintetiza bem essa reflexão: “o princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito universal ao seu uso é uma ‘regra de ouro’ do comportamento social e o ‘primeiro princípio de toda ordem ético-social” (LS 93); “o direito à propriedade privada só pode ser considerado um direito natural secundário e derivado ao princípio do destino universal dos bens” (FT 120).

Isso explica e justifica o empenho da Igreja em favor da reforma agrária e sua colaboração com os movimentos sociais que lutam para efetivar esse direito fundamental, bem como a defesa desses movimentos quando são atacados e criminalizados por sua luta pela reforma agrária e por justiça social. Está em jogo aqui a “destinação universal dos bens” que é condição para a justiça social, o bem comum e a paz social.

Deus abençoe o MST e os movimentos que lutam por reforma agrária. Que continuem organizando o povo e ocupando terra, produzindo alimentos saudáveis e garantindo segurança alimentar.

Reforma agrária, já!!!! Viva o MST!!!

ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA¹⁶

Nos dias 11 a 14 de setembro de 2025 aconteceu em Recife, terra do profeta Dom Hélder Câmara, o 3º Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara. O tema do encontro é um anúncio profético (quase apocalíptico) e um apelo dramático a todas as pessoas e forças sociais: “A economia pode ser justa para todas as vidas, já”! É uma questão de vida ou de morte. Esse movimento nasceu de uma convocação do Papa Francisco a construir uma economia a serviço da vida, colocando vida/alma na economia.

Não é preciso muito esforço para reconhecer que domina no mundo uma economia de morte: exploração de trabalhadores/as, desmonte dos direitos trabalhistas, exclusão de pessoas e povos, novas formas de trabalho escravo, superexploração dos bens naturais e destruição da natureza, concentração de bens e riqueza, imperialismo dos países ricos e poderosos etc. Além de aprofundar as injustiças sociais, essa economia destrói a natureza e ameaça a vida no planeta. É uma economia que mata!

Escutando os “gemidos da criação”, Francisco desafia as novas gerações a pensar e gestar uma economia a serviço da vida. Se João Paulo II falou de Assis como “ícone de uma cultura de paz”, Francisco fala de Assis como “símbolo e imagem de um humanismo da fraternidade” e como “lugar inspirador de uma nova economia” – que seja justa e boa para todas as vidas: os pobres, a sociedade, o planeta... No encontro mundial em Assis, em setembro de 2022,

16 Texto publicado em: <https://portaldascebs.org.br/category/temas/economia-de-francisco/> | 10 de setembro de 2025

ele fez três indicações para uma economia da vida: 1) “olhar para o mundo com os olhos dos mais pobres”; 2) não esquecer do trabalho e dos trabalhadores: “criar trabalho, trabalho bom, trabalho para todos”; 3) “as ideias são necessárias, mas devem tornar-se carne” – é preciso usar a cabeça, o coração e as mãos.

Isso se concretiza nos territórios a partir das vítimas do sistema dominante e das alternativas que elas vão construindo no cotidiano. Não nos iludamos: As elites que se enriquecem explorando as pessoas e destruindo a natureza nem precisam nem querem mudança. Só se for para explorar ainda mais as pessoas e a natureza, destruindo os direitos trabalhistas e a proteção ambiental. E chamam isso de “flexibilização” das leis trabalhistas e ambientais – um nome sofisticado para exploração e destruição. As mudanças vêm de baixo, dos pobres e excluídos. Primeiro, porque são eles que necessitam dessas mudanças (necessidade). Segundo, porque a necessidade obriga a buscar alternativas econômicas de sobrevivência (criatividade). Terceiro, porque fazem um verdadeiro milagre econômico que é sobreviver com muito pouco ou mesmo quase nada (austeridade). Quarto, porque essas atividades econômicas, além do baixo potencial de destruição ambiental, são muito mais justas e sustentáveis do ponto de vista socioambiental (sustentabilidade).

Não se trata de idealizar nem romantizar os pobres. O sonho de acumular e consumir está na cabeça da imensa maioria da população: pobres com cabeça/coração de rico. Mas a situação limite de pobreza obriga a desenvolver uma economia popular de base, voltada para a satisfação das necessidades materiais básicas, com um padrão de vida simples e austero e sustentável ambien-

talmente. Nessa economia de sobrevivência aparecem princípios e caminhos para uma economia sustentável. Sem pensar ou querer, acabam abrindo caminhos para uma economia a serviço da vida.

Precisamos considerar com atenção a atividade econômica de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos etc.), de comunidades de periferia, da população em situação de rua e de catadores/as de material reciclável, dos coletivos de economia popular solidária e agroecologia, dentre outras. E tanto no que se refere ao *sustento material* das pessoas envolvidas, quanto no que se refere ao *impacto na economia local*, quanto ainda no que se refere a sua *sustentabilidade socioambiental*. Há uma rica sabedoria nessas práticas: a economia dos povos tradicionais, por exemplo, ensina que o sustento material das comunidades passa pela preservação da floresta; a agricultura familiar camponesa ensina práticas agroecológicas que respeitam os ritmos da natureza, produzem alimentos saudáveis e preservam a bio e socio-diversidade; os catadores de material reciclável ensinam conjugar sustento material, austeridade de vida, economia local e proteção ambiental. Elas abrem caminhos e apontam perspectivas para uma economia que seja boa e justa para todas as vidas.

Não se trata de receita, mas de práticas econômicas alternativas que, no poder do Espírito, que secretamente “atua a partir de baixo”, conjugam satisfação das necessidades materiais, bem comum, função social da propriedade e preservação ambiental. Elas concretizam e abrem caminho para uma economia a serviço da vida, segundo o desígnio criador do Pai e seu reinado de fraternidade, justiça e paz anunciado por Jesus.



"Somos chamados a tornar-nos os instrumentos de Deus Pai para que o nosso planeta seja o que Ele sonhou ao criá-lo e corresponda ao seu projeto de paz, beleza e plenitude".